



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES (CCHLA)  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**CLAUDIO ALVES JUNIOR**

**O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL COMO TEMA  
DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS:  
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

**JOÃO PESSOA  
2024**

CLAUDIO ALVES JUNIOR

**O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL COMO TEMA  
DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS:  
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Coordenação do Curso de  
Ciências de Sociais da Universidade  
Federal da Paraíba como requisito  
complementar para obtenção do título de  
Licenciatura em Ciências das Sociais, sob  
orientação do professor Dr. Sérgio Botton  
Barcellos

João Pessoa  
2024

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

J95e Alves Junior, Claudio.  
O ensino remoto emergencial como tema de pesquisa nas ciências sociais: "uma revisão integrativa de literatura" / Claudio Alves Junior. - João Pessoa, 2024.

56 f. : il.

Orientador: Sérgio Botton Barcellos.  
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2024.

1. Ensino Remoto Emergencial. 2. Michael Apple. 3. Revisão Integrativa de Literatura. I. Barcellos, Sérgio Botton. II. Título.

UFPB/CCHL

CDU 374

Elaborado por MARIA DE FATIMA HENRIQUE JORGE MAIA - CRB-15/392

CLAUDIO ALVES JUNIOR

# **O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL COMO TEMA DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências das Ciências Sociais.

Aprovado em 29 de outubro de 2024.

## **BANCA EXAMINADORA:**

Sergio Botton Barcellos – DCS/UEPB (Orientador)  
Teresa Cristina Furtado Matos – DCS/UEPB (examinadora)  
Debora Accioly Dionisio - (examinadora externa)



Documento assinado digitalmente  
**SERGIO BOTTON BARCELLOS**  
Data: 31/10/2024 15:34:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente  
**TERESA CRISTINA FURTADO MATOS**  
Data: 31/10/2024 16:01:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**026.909.863-10**

**Debora Accioly Dionisio**

João Pessoa, 29 de outubro de 2014.

À memória do melhor amigo que tive,  
Douglas Mendes Cordeiro.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por me proporcionar uma formação humanizada e de qualidade. Agradeço ao meu orientador, professor Drº Sérgio Botton Barcellos pela confiança e imensurável paciência. Agradeço também à minha família e meus amigos que tornaram este projeto possível.

“O mito define-se pelo seu modo de ser: não se deixa interpretar enquanto mito, a não ser na medida em que *revela* que qualquer coisa se *manifestou plenamente*, sendo esta manifestação, por sua vez, *criador e exemplar*, já que tanto funda uma estrutura do real como um comportamento humano”

Mircea Eliade  
*Mitos, Sonhos e Mistérios*

## RESUMO

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a epidemia de Sars-Cov-2, transmissor da Covid-19, tornou-se uma pandemia. Essa declaração veio acompanhada de orientações aos governos nacionais e à sociedade global sobre os cuidados necessários para a contenção do vírus. No Brasil o distanciamento social e o *lockdown* foram as medidas menos adotadas. Isto se explica pelo conturbado ambiente político e social instaurado no país. Uma vez implementadas medidas de distanciamento social nas instituições educacionais, a questão de como dar continuidade às atividades escolares aparece como um ponto de inflexão na linha democrática do campo educacional. Isto porque o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi apresentado como única alternativa capaz de continuar as atividades escolares deslocadas das escolas. Nesse sentido, a questão de pesquisa que se coloca versa sobre: Como os trabalhos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras do campo das ciências sociais no Brasil abordaram o tema do ERE? O objetivo geral desta pesquisa é identificar e discutir os recortes temáticos, as perspectivas teórico-metodológicas e os resultados apresentados por pesquisas acadêmicas produzidas desde o campo das Ciências Sociais sobre o tema do ERE. Os objetivos específicos são: pesquisar e contextualizar a produção acadêmica das Ciências Sociais sobre o ERE; descrever seus recortes temáticos e suas perspectivas teórico-metodológicas; discutir os resultados apresentados pelas pesquisas. A análise teórica desenvolvida nesta pesquisa está amparada teoricamente na perspectiva relacional de Michel Apple (1999; 2006; 2011; 2022), principalmente no trabalho intitulado “A educação e novos blocos hegemônicos” (2011). A perspectiva teórico-metodológica do autor não opera como um quadro teórico rígido a ser replicado mas contribui na discussão de fenômenos sociais em relações com múltiplas esferas da vida social. Esta característica possibilita a articulação conceitual e categórica com outras perspectivas teóricas. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa opera uma Revisão Integrativa de Literatura (RI). Este é um formato de pesquisa acadêmica que procura identificar de forma sistemática a produção literária, empírica e/ou teórica, sobre determinado tema de pesquisa com o objeto de analisá-lo em termos de seu estado da arte e sintetizá-lo sob um problema de pesquisa previamente formulado (CROSETTI, 2012). Em suma, a partir da análise desenvolvida, é possível estabelecer que as pesquisas levadas a cabo por cientistas sociais sobre o ERE pautaram as necessidades dos grupos socialmente vulneráveis e fomentar a luta social por seus direitos. Em especial, por suas contribuições no que respeita ao direito à educação, tão na contramão do almeja o ideário neoliberal e sua racionalidade econômica.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto Emergencial. Michael Apple. Revisão Integrativa de Literatura.

## **ABSTRACT**

In March 2020, the World Health Organization (WHO) declared that the Sars-Cov-2 epidemic, the virus responsible for Covid-19, had become a pandemic. This declaration was accompanied by guidelines for national governments and global society on the necessary measures to contain the virus. In Brazil, social distancing and lockdown measures were among the least adopted. This is explained by the turbulent political and social environment in the country. Once social distancing measures were implemented in educational institutions, the question of how to continue school activities emerged as a critical issue in the democratic framework of the educational field. This is because Emergency Remote Education (ERE) was presented as the only alternative capable of continuing school activities outside of school premises. In this context, the research question that arises is: How did the works produced by researchers in the field of social sciences in Brazil address the topic of ERE? The general objective of this research is to identify and discuss the thematic focuses, theoretical-methodological perspectives, and results presented by academic research produced within the field of Social Sciences on the topic of ERE. The specific objectives are: to research and contextualize the academic production of Social Sciences on ERE; to describe its thematic focuses and theoretical-methodological perspectives; and to discuss the results presented by the research. The theoretical analysis developed in this research is grounded in Michel Apple's relational perspective (1999; 2006; 2011; 2022), particularly in the work entitled "Education and New Hegemonic Blocs" (2011). The author's theoretical-methodological perspective does not serve as a rigid framework to be replicated but contributes to the discussion of social phenomena in relation to multiple spheres of social life. This characteristic allows for conceptual and categorical articulation with other theoretical perspectives. From a methodological point of view, this research conducts an Integrative Literature Review (ILR). This is a type of academic research that systematically seeks to identify empirical and/or theoretical literature on a given research topic, with the aim of analyzing it in terms of its state of the art and synthesizing it around a previously formulated research problem (CROSETTI, 2012). In summary, based on the developed analysis, it is possible to establish that the research conducted by social scientists on ERE focused on the needs of socially vulnerable groups and promoted social struggles for their rights. In particular, their contributions regarding the right to education run counter to the neoliberal ideal and its economic rationality.

**Keywords:** Emergency Remote Education. Michael Apple. Integrative Literature Review.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL.....</b>	<b>15</b>
1.1    Pandemia de COVID-19 e o distanciamento social no Brasil.....	15
1.2    O distanciamento social, políticas neoliberais e Ensino Remoto Emergencial.....	20
<b>2. O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL COMO TEMA DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....</b>	<b>23</b>
2.1    A introdução do Ensino Remoto Emergencial como tema de pesquisa no campo acadêmico.....	23
2.2    Artigos: Procedimentos de coleta de dados e sistematização.....	26
2.3    Dissertações: Procedimentos de coleta de e sistematização .....	32
<b>3. ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICO DOS ARTIGOS E DISSERTAÇÕES EM RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA CRÍTICA DE MICHAEL APPLE.....</b>	<b>39</b>
3.1    Michael Apple: uma análise relacional sobre neoliberalismo e políticas educacionais no contemporâneo.....	39
3.2    A produção acadêmica em sociologia no Brasil e a discussão da racionalidade econômica.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a epidemia de Sars-Cov-2, transmissor da Covid-19, tornou-se uma pandemia. Essa declaração veio acompanhada de orientações aos governos nacionais e à sociedade global sobre os cuidados necessários para a contenção do vírus. As orientações já indicavam uma preocupação das autoridades sanitárias com possíveis tensões entre as medidas de distanciamento social necessárias para a contenção do vírus e as esferas econômicas.

A despeito da resistência enfrentada por parte de setores da economia, os países que passaram pela primeira onda de infecções adotaram gradativamente as medidas de contenção de infecções indicadas pela OMS e obtiveram sucesso na contenção do vírus. Dentre as medidas indicadas, as mais eficazes foram o distanciamento social e o *lockdown* (fechamento de escolas, proibição de circulação de pessoas nas ruas e demais espaços de aglomeração de pessoas).

No Brasil o distanciamento social e o *lockdown* foram as medidas menos adotadas. Isto se explica pelo conturbado ambiente político e social instaurado no país. No entanto esse contexto político e social não eram exclusividade brasileira, ao contrário, encontrava correspondência e alinhamento com o mais poderoso *player* da geopolítica, os EUA. Eram dois países sob o governo de líderes de extrema direita, negacionistas científicos e orientados pela agenda neoliberal.

Diante desse cenário, forças sociais e institucionais se contrapuseram aos discursos negacionistas disseminados desde o governo federal no Brasil. A educação desponta como uma grande força democrática com disposição a acatar as orientações das autoridades sanitárias e validar os pareceres científicos em detrimento do negacionismo. Essa pulsão democrática está expressa no fato de que as primeiras instituições a implementarem medidas de distanciamento social foram as escolas e universidades públicas e privadas (Moraes, 2020).

Contudo, uma vez implementadas medidas de distanciamento social nas instituições educacionais, a questão de como dar continuidade às atividades escolares aparece como um ponto de inflexão na linha democrática do campo educacional. Isto porque o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi apresentado como única alternativa capaz de continuar as atividades escolares deslocadas das escolas, sem que houvesse amplo debate com a participação das comunidades escolares.

A justificativa da necessidade de continuidade das atividades escolares no contexto de distanciamento social foi disputado por agentes do mercado (*bigtechs* e plataformas

educacionais) orientados pela agenda neoliberal com interesse na *remotização* e privatização da educação em correlação com instituições do Estado como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Nesse sentido, a questão de pesquisa que se coloca versa sobre: Como os trabalhos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras do campo das ciências sociais no Brasil abordaram o tema do ERE?

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e discutir os recortes temáticos, as perspectivas teórico-metodológicas e os resultados apresentados por pesquisas acadêmicas produzidas desde o campo das Ciências Sociais sobre o tema do ERE. Os objetivos específicos são: pesquisar e contextualizar a produção acadêmica das Ciências Sociais sobre o ERE; descrever seus recortes temáticos e suas perspectivas teórico-metodológicas; discutir os resultados apresentados pelas pesquisas.

Esta pesquisa se justifica pela busca da compreensão tanto dos processos de implementação do ERE como política pública de caráter extraordinário, quanto dos impactos desse modelo educacional sobre os atores envolvidos nos processos educacionais no contexto de distanciamento social sob a perspectiva da sociologia da educação. Em outra frente, esta pesquisa pode contribuir com a organização das lutas por uma escola pública e de qualidade e da educação como um direito historicamente adquirido. Ainda, pretende-se aprender e contribuir com a discussão no campo da sociologia da educação.

Sob essa perspectiva, a análise teórica desenvolvida nesta pesquisa está amparada teoricamente sob a lente relacional de Michel Apple (1999; 2006; 2011; 2022), principalmente no trabalho intitulado “A educação e novos blocos hegemônicos” (2011). A perspectiva teórico-metodológica do autor não opera como um quadro teórico rígido a ser replicado mas contribui na discussão de fenômenos sociais em relações com múltiplas esferas da vida social. Esta característica possibilita a articulação conceitual e categórica com outras perspectivas teóricas.

O principal elemento teórico-metodológico do autor assimilado por esta pesquisa é a ideia de políticas educacionais um campo de disputas entre forças sociais hegemônicas - interessadas em conformação e manutenção de sua hegemonia por meio do Estado - e forças sociais desprovidas à margem da hegemonia, portanto, capazes de produzir resistência contra hegemônica (Apple, 1999). Outro elemento de suma importância para o desenvolvimento deste é o conceito de racionalidade econômica (Apple, 2011) elaborado pelo autor como diagnóstico de sua análise sobre disputas em torno de políticas educacionais nos EUA nas quais forças neoliberais guiam o bloco hegemônico estadunidense em direção à uma “modernização conservadora” da educação. O autor indica que entre as disputas pela implementação desse

projeto está uma educação neoliberal orientada por uma racionalidade econômica, qual seja pautada na eficiência - de mercado - e numa ética do custo-benefício. Assim, o ERE é trabalhado como uma política educacional - ainda que temporária - a ser disputada simbolicamente por grupos sociais hegemônicos e contra hegemônicos. O conceito de racionalidade econômica possibilita compreender elementos de interesse econômico inscritos no ERE, tanto no processo de sua implementação, quanto no que se refere à significação da educação no mundo pós-pandemia.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa opera uma Revisão Integrativa de Literatura (RI). Este é um formato de pesquisa acadêmica que procura identificar de forma sistemática a produção literária, empírica e/ou teórica, sobre determinado tema de pesquisa com o objeto de analisá-lo em termos de seu estado da arte e sintetizá-lo sob um problema de pesquisa previamente formulado (CROSETTI, 2012). Tal desenho metodológico deve apresentar de forma explícita os procedimentos de coleta de dados com intuito de garantir sua replicabilidade. Dessa forma alcançar-se-á o objetivo de oferecer uma contribuição de credibilidade científica a pesquisadores que venham a se debruçar sobre o tema em questão e/ou suas ramificações subtemáticas.

Isto posto, a pesquisa aqui desenvolvida empreende uma RI de artigos e dissertações acadêmicas que versam sobre o tema do Ensino Remoto Emergencial em publicações próprias do campo das Ciências Sociais. Para tanto, é preciso considerar a intrincada relação entre Ciências Sociais e Ciências da Educação no que diz respeito ao estudo de temáticas educacionais. Estas figuram na agenda de pesquisas das Ciências Sociais no Brasil desde sua origem como disciplina acadêmica, mas apenas recentemente passaram a ocupar um lugar de destaque no interior desse campo.

Os artigos que compõem a amostra de análise foram coletados na plataforma Google Acadêmico. As buscas empreendidas nessa plataforma não puderam ser desenhadas da forma mais convencional de levantamento de dados operacionalizados em pesquisas de Revisão Integrativa, qual seja, por verbete, acréscimo de Operadores Booleanos (OR, AND e NOT) e filtragem por área de conhecimento.

Esta questão não diz respeito a uma escolha metodológica, senão a limitações operacionais da plataforma. Ainda, é preciso considerar que buscas também foram empreendidas na plataforma Scielo, sendo descartadas porque o número de artigos encontrados foi consideravelmente inferior e replicaram os artigos encontrados na Google Acadêmico.

A considerar a problemática enunciada, optou-se por realizar as buscas no formato Pesquisa Avançada obedecendo cruzamento entre o verbete “Ensino Remoto” na lacuna “com

todas as palavras” e marcando o item “no título do artigo” com o “período 2020-2023”. Apenas um critério de inclusão foi definido, a considerar sua eficiência, “artigos publicados em” revistas acadêmicas vinculadas ao campo das Ciências Sociais previamente listadas. Este critério é uma estratégia elaborada mediante a discrepância entre a grande quantidade de trabalhos em geral e a restrita produção das Ciências Sociais. Isto tornou o procedimento de busca mais manual que o convencional, uma vez que foram realizadas a partir do preenchimento da lacuna “artigos publicados em” com uma a uma das 100 revistas acadêmicas pré-definidas e cruzando-a com o verbete e o recorte cronológico, mas garantiu uma busca qualificada e abrangente.

É preciso elucidar que as buscas empreendidas ainda com o recorte temporal 2020-2023, após a aplicação do critério de inclusão, apresentou o montante de nove artigos publicados. Contudo, como já mencionado, os artigos publicados no período 2020-2021 foram excluídos a partir da aplicação do critério de exclusão estabelecido no decurso do levantamento de dados. Dessa forma, após as buscas iniciais e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a fase de levantamento dos artigos termina por agrupar o montante de quatro trabalhos.

Para a realização das buscas das dissertações, optou-se pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, uma vez que apresenta facilidade no processo de busca e recobre um amplo espectro da produção acadêmica a nível de pós-graduação. Essa plataforma oferece uma variedade de filtros e descritores considerada adequada para dar sustentação aos procedimentos de coleta e garantindo sua replicabilidade.

Em acordo com o formato de buscas empreendidas no caso dos artigos, iniciamos as buscas cruzando o verbete “ensino remoto” com o recorte temporal correspondente ao período de 2022 a 2023. Dessa forma, o “período 2020-2021” passa a operar como critério de exclusão, por conter trabalhos com uma análise considerada mais consistente dado o decorrer dos acontecimentos sociais, juntamente com as publicações em “programas de pós-graduação não vinculados às Ciências Sociais” e “trabalhos completos não encontrados”. Por outro lado, os critérios de inclusão - após o cruzamento entre o verbete e o recorte temporal - se resumem em “aplicação do filtro Área Conhecimento - Sociologia” e “aplicação do filtro Área Conhecimento Antropologia”, e “dissertações defendidas até 06/ 2023”. A partir disso, as buscas chegaram ao fim com o grupo de seis dissertações foram mantidas após aplicação dos critérios de inclusão e dos critérios de exclusão.

Desse modo, considerando esse conjunto de aspectos teórico-metodológicos, esta monografia está composta da seguinte forma:

O primeiro capítulo está dividido em duas seções. Na primeira seção foi elaborada uma contextualização da emergência da pandemia de COVID-19 no Brasil e dos conflitos político-ideológicos a respeito da implementação do distanciamento social como medida de contenção da propagação do vírus. Na segunda seção se discute a implementação do ERE como política educacional para a continuidade das atividades escolares no contexto das medidas de distanciamento social e sua imbricada relação com a agenda neoliberal.

No segundo capítulo é discutida a RI propriamente dita. O capítulo se encontra seccionado em três partes. Na primeira seção se discute a introdução do ERE como tema de pesquisa nas Ciências Sociais. Na segunda seção e na terceira seção se discute os artigos e dissertações, respectivamente.

No terceiro capítulo, seccionado em duas partes, opera-se uma análise teórico-metodológica dos trabalhos levantados na RI à luz do pensamento de Michael Appel. A primeira seção é dedicada ao quadro teórico do autor de referência no que concerne aos estudos das políticas educacionais no contemporâneo. Na segunda seção é realizada a análise dos artigos e dissertações a partir do conceito de racionalidade econômica com base no autor de referência.

## **1. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

No primeiro capítulo foi feita uma contextualização da emergência da pandemia de COVID-19 no Brasil e dos processos sociais que levam o campo educacional brasileiro à implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE). O capítulo se subdivide em duas seções. A primeira seção é dedicada ao contexto da pandemia no Brasil em termos dos conflitos sociopolíticos em torno das medidas de distanciamento social. A segunda seção discute os processos de implementação do ERE na educação brasileira.

### **1.1 Pandemia de COVID-19 e o distanciamento social no Brasil**

No final do mês de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), informava ao mundo que o surto de SARS-CoV-2 em curso constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). No dia 11 de março de 2020 a OMS declara, pela pessoa de seu diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, que o surto de coronavírus passou a corresponder ao critério da definição de uma pandemia (OPAS, 2020).

Essa declaração marcou oficialmente a pandemia de COVID-19. Por meio dela, a OMS buscou orientar os governos nacionais e a sociedade global aos cuidados necessários para a contenção da propagação do vírus. Contudo, em uma leitura mais apurada pode se encontrar nela uma preocupação com a possível tensão entre as medidas plausíveis para mitigar a disseminação do vírus - em particular, as de distanciamento social -, e a esfera econômica:

[...] avaliamos que a COVID-19 pode ser caracterizada como uma pandemia. [...] Somos gratos pelas medidas adotadas no Irã, na Itália e na República da Coreia para retardar o vírus e controlar suas epidemias. Sabemos que essas medidas trazem uma grande carga para as sociedades e economias, assim como na China. Todos os países devem encontrar um bom equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar as interrupções econômicas e sociais e respeitar os direitos humanos. O mandato da OMS é a saúde pública. Mas estamos trabalhando com muitos parceiros em todos os setores para mitigar as consequências sociais e econômicas dessa pandemia. Esta não é apenas uma crise de saúde pública, mas uma crise que afetará todos os setores – portanto, todos os setores e indivíduos devem estar envolvidos nesta luta. Eu disse desde o início que os países devem adotar uma abordagem de todo o governo e sociedade, construída em torno de uma estratégia integral para prevenir infecções, salvar vidas e minimizar o impacto. (OPAS, 2020)

O conteúdo dessa declaração revela que a OMS já tinha em conta que as medidas de distanciamento social, que foram consideradas de grande importância naquele período inicial

de infecção, enfrentariam resistências por parte de setores da economia como serviços, indústria dependente de mão de obra humana aglomerada etc. Isto porque o distanciamento social como única medida plausível de prevenção da doença se refletiria na perda do valor mais importante na lógica do mercado, qual seja, diferentes formas de lucro na circulação de mercadorias pelas pessoas e na produção de mais valia nas relações sociais de produção. Como se verificou no decurso dos acontecimentos, o interesse de agentes de “mercado” foi uma das peças fundamentais nas disputas político-ideológicas em relação às medidas de prevenção ao contágio na pandemia.

Na ocasião dessa declaração, em 16 de maio de 2020, a epidemia de COVID-19 “[...] já estava presente em 114 países/territórios/áreas, alcançando a marca de 118.319 casos e 4.292 óbitos pela doença.” (SILVA, et al., 2020, p.02), configurando-se como a primeira pandemia<sup>1</sup> por coronavírus da história. Ainda não existiam vacinas terapêuticas nem tratamento fármacos cientificamente indicados, tampouco se conheciam plenamente as formas de contágio e os grupos de risco.

Isto levou os países que passaram pela primeira onda de infecções ainda durante o período epidêmico a recorrerem às medidas de distanciamento social, devidamente reconhecidas pelo campo da epidemiologia e autoridades sanitárias como as mais eficazes na diminuição ou interrupção da cadeia de transmissão:

As medidas de distanciamento social já foram utilizadas na mitigação de epidemias e pandemias anteriores, incluindo a pandemia de influenza de 1918-1919 6, a epidemia de síndrome respiratória aguda grave (SARS) em 2002-2003 7 e a pandemia de influenza H1N1 em 2009-2010 8, sendo, na atualidade, amplamente recomendadas para a mitigação e combate à pandemia do COVID-19.” (SILVA, et al., 2020, p.02)

Diante deste cenário, sob recomendações da OMS, a maioria dos países passaram a trabalhar com medidas de contenção de propagação do vírus, como uso de máscaras faciais, educação sanitária como lavagem de mãos e higienização de sapatos, isolamento de casos, e, por fim, distanciamento social. De acordo com AQUINO et al. (2020), a implantação dessas medidas ocorreu de forma gradual e diferenciada entre os países, inclusive dentro deles, como no caso do Brasil.

O que se observou de forma geral é que as medidas de distanciamento social tiveram um papel fundamental na prevenção da COVID-19, inclusive para não sobrecarregar os

---

<sup>1</sup> De acordo com Rezende (1988, p. 154) o conceito de pandemia corresponde à uma epidemia em larga escala que se espalha velozmente a vários países e em dois ou mais continentes.

sistemas de saúde nos mais diversos países afetados pela pandemia, a despeito das controvérsias políticas internas aos estados nacionais. As medidas de distanciamento social foram implementadas nas unidades federativas brasileiras começando pelo fechamento de escolas e universidades, proibindo a aglomeração de pessoas em eventos culturais, esportivos e religiosos de grandes proporções, restringindo viagens e/ou transporte público e por último proibindo a circulação de pessoas nas ruas (*lockdown*) (AQUINO, et al., 2020, p. 06).

Dentre estas medidas, embora entendida por especialistas como as mais eficazes, o *lockdown* e o isolamento social, foram as menos adotadas no Brasil, muito por conta do ambiente político e social instaurado no país. Outros países que enfrentavam instabilidade política e social também apresentaram menor adesão ao *lockdown*. Para compreender os processos de implementação das medidas de distanciamento social no Brasil e seus desdobramentos, é preciso caracterizar rapidamente a esfera geopolítica no contexto de emergência da pandemia: a iminência de líderes políticos ultraliberais negacionistas, fortemente alinhados à ideologia neoliberal<sup>2</sup>, no seio de uma crise estrutural do capitalismo<sup>3</sup>.

Para tanto, é plausível recorrer ao exemplo da relação entre os EUA, o mais poderoso player da política global, e o Brasil. No período de emergência da pandemia de COVID-19, os chefes de governo dos dois países compartilham semelhanças que orientam suas respectivas atuações no cenário pandêmico, dentre as quais destaca-se o negacionismo científico em relação às medidas de distanciamento social e a vacinação.

De acordo com Perini-Santos (2021) o negacionismo científico corresponde a um descompasso entre o reconhecimento social do conhecimento científico, objetivo, racional e historicamente produzido a partir da divisão do trabalho cognitivo, e as crenças em sua dimensão de espontaneidade e de construção de pertencimento. Em outras palavras, trata-se da desconfiança arbitrária sobre o conhecimento produzido de forma coletiva. Pode-se estabelecer que o negacionismo científico opera em duplo movimento, disseminando uma crença em detrimento do conhecimento científico e fortalecendo a identidade do grupo que a porta. Quando essa lógica é apropriada pelo mundo político, se faz no intento de ocultar interesses político-ideológicos e econômicos considerados escusos de determinados grupos na sociedade (RATHSAM, 2021).

---

<sup>2</sup> De acordo com Marilena Chauí (2020, p. 312) a ideologia neoliberal opera “[...] o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado.”

<sup>3</sup> Entenda-se a atual crise do capitalismo como uma crise estrutural “[...] tendo em vista o seu caráter universal, seu alcance global, sua escala de tempo contínua ou permanente e seu modo de desdobrar-se rastejante, isto é, mesmo sem negar possíveis manifestações mais espetaculares, a crise vai persistentemente se insinuando nas várias dimensões da estrutura, minando-a progressivamente.” (SAVIANI, 2020, p. 03)

O período pandêmico foi marcado pelo alinhamento geopolítico entre os governos nacionais dos EUA (Trump presidente) e do Brasil (Bolsonaro presidente) no que diz respeito ao negacionismo científico. Dentro deste espectro, pode-se observar cinco acordos paradigmáticos: crítica contínua às medidas de distanciamento social orientadas pela OMS; recomendação do uso de cloroquina/hidroxicloroquina para o tratamento da COVID-19; negação dos números oficiais de contágios e óbitos, desconfiança sobre a eficácia das vacinas em desenvolvimento e associação direta do vírus com o estado chinês. Desta forma, para Silva (2023), por exemplo, os governos dos EUA e do Brasil, passam a rivalizar com a OMS, com epidemiologistas, com desenvolvedores de vacina e com as organizações internas, no caso do Brasil, incluindo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão pertencente ao Ministério da Saúde e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A desinformação baseada no negacionismo científico é um grande marco sociopolítico do período pandêmico. As organizações e especialistas de saúde se viram diante de um cenário no qual encontrar medidas de contenção de disseminação da COVID-19 não era -como deveria ser- seu único objetivo, era preciso também encontrar formas de combater a disseminação de mentiras a respeito da COVID-19.

Para tanto a OMS organizou um grupo de pesquisa dedicado a combater as *fake news* durante a pandemia, o que chamou de infodemia:

[...] um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus (OPAS, 2020; NAEEM; BHATTI, 2020).

Em 11 de março de 2020 o Conselho Nacional de Saúde (CNS), presidido por Fernando Zasso Pigatto, emitiu a primeira orientação oficial ao Ministério da Saúde, aos governos estaduais e municipais, referente às medidas de distanciamento social (BRASIL, 2020). No documento que constava a declaração de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) no Brasil, direcionou orientações às unidades federativas no sentido de implementação de medidas de distanciamento social diante do início da transmissão comunitária de COVID-19 no território nacional, no intuito de possibilitar que o SUS e os sistemas de saúde privados operassem dentro de suas capacidades. Para esse fim, indicou-se que as unidades federativas e municipais assegurassem o montante de 60% da população em

distanciamento social e *lockdown* para os casos de municípios com acelerada transmissividade e alta taxa de ocupação nos sistemas de saúde.

O governo federal, ocupado pelo presidente Jair Bolsonaro, respondeu à declaração da CNS de forma contundente, negando suas orientações. O argumento levantado pelo então presidente estabelece uma dicotomia entre as medidas de distanciamento social e a economia; o distanciamento social levaria ao colapso inevitável da economia e as pessoas morreriam, se não de COVID-19, de fome (NASCIMENTO, et. al. 2020). Desde então, o governo federal passou a recrudescer as relações com estados e municípios que, amparados na decisão do STF que lhes atribuiu autonomia frente às decisões sobre medidas de distanciamento social<sup>4</sup>, optaram por seguir as orientações da OMS e do CNS.

Assim, o contexto da pandemia de COVID-19 foi também um cenário de disputa política tanto no campo governamental, quanto na sociedade civil, neste caso, entre a base considerada fanatizada do presidente na época alimentada pelo negacionismo científico e disseminado desde o executivo federal, diante de setores da sociedade civil que defenderam as orientações científicas e legais para lidar com crises sanitárias.

De acordo com os dados apresentados por Moraes (2020, p. 22-43), escolas e universidades foram as primeiras instituições que implementaram as medidas de distanciamento no Brasil, o que inclui de forma universal o encerramento das atividades presenciais nas mesmas. Uma vez que escolas e universidades, públicas e privadas, aderiram às medidas de distanciamento social, a questão que se colocou foram as Medidas emergenciais de ensino encampadas pelo sistema educacional, com vistas a mitigar prejuízos educacionais a milhões de estudantes que não tinham mais acesso ao ambiente escolar presencial.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) as atividades presenciais foram suspensas no dia 16 de março de 2020. De acordo com Teixeira-de-Carvalho, Dias Junior e Kruta-Bispo (2021) a UFPB dedicava-se a regularizar seu calendário acadêmico de graduação em 2020 que encontrava-se irregular desde 2015, comprimindo três períodos por semestre. O período em curso teria fim em 15 dias, contudo, sem exitar, a universidade aderiu ao distanciamento social.

---

<sup>4</sup> No dia 15 de abril de 2020, o STF julgou uma ação do PDT contra a Medida Provisória 926/2020, editada pelo Presidente Jair Bolsonaro, na qual provê, entre outras coisas, a restrição da liberdade de governos estaduais e governos municipais na tomada de decisões referentes às ações de contenção da pandemia. De forma unânime, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341, o STF julgou a MP 926/2020 inconstitucional, concedendo autonomia às esferas estaduais e municipais no que concerne à regulamentação de medidas de distanciamento social, incluindo o *lockdown*. (STF, 2020)

## 1.2 O distanciamento social, políticas neoliberais e Ensino Remoto Emergencial

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) despontou como uma das formas imediatas para suprir e simular o espaço escolar devido às medidas de distanciamento social. Se por um lado essa foi uma forma apresentada para lidar com as políticas educacionais durante a pandemia, respeitando os pareceres científicos para a contenção de propagação do vírus, por outro lado, se observou que poucos foram os debates e a participação das comunidades escolares em torno da forma mais apropriada para dar continuidade às atividades escolares depois de implementadas as medidas de distanciamento social. Sob essa perspectiva, Apple (2022), muitas dessas reformas mais participativas na educação, implementadas em todo o Brasil e em outros lugares, estão sendo enfraquecidas na melhor das hipóteses ou simplesmente removidas na pior delas.

O ERE, como indica a terminologia, um modelo de caráter excepcional e aportado na mediação das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) foi apresentado como a única alternativa para dar continuidade às atividades educacionais no período da pandemia. Esse modelo buscou referência técnica em um formato específico que não era novidade no Brasil de 2020, o EAD (Educação à Distância). Este é um sistema de ensino que é composto também por aulas de forma síncrona e/ou assíncrona por meio de plataformas digitais e que já era um grande nicho de mercado na educação e para o mercado financeiro brasileiro.

No campo educacional, a tensão capital-trabalho foi diluída pelos interesses econômicos da citada facção do mercado financeiro. Uma vez que com a suspensão das atividades educacionais presenciais a indústria da educação *remotizada* vê no campo educacional durante a pandemia como a oportunidade de alavancar seus negócios a partir do aceleramento da “modernização” das atividades escolares (MINTO, 2021, p. 145).

De acordo com Minto (2020), a educação privada vinculada ao mercado financeiro encontrou na EAD, promovida em cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras privadas e públicas, desenvolvida em larga escala no decurso das primeiras décadas do século corrente, uma das fórmulas mais lucrativas de negócio educacional. O autor supracitado chama atenção para o fato de que essa indústria promoveu de forma paradigmática uma mercantilização da educação. Isto, a partir da transformação total do objetivo final da educação na realização do acúmulo financeiro, em detrimento de processos formativos de qualidade e que aprofunda as desigualdades sociais pela formação precária para o mercado de trabalho.

A partir disso, foi perceptível que a implementação do ERE -a despeito da legítima necessidade de adesão ao distanciamento social- amparou-se na justificativa da necessidade conjuntural de continuidade das atividades escolares mas também foi disputada e direcionada por agentes mercadológicos (bigtechs e plataformas educacionais) com interesse mercadológico no setor na privatização da educação- em correlação com o Estado a partir do Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE) no período.

Diante deste, as indústrias da EAD e das TIC's intensificou um processo ideológico de canonização das ferramentas tecnológicas no sentido de que elas portariam o futuro das formas educacionais no pós-pandemia, inquestionavelmente, encontrando na emergência sanitária uma possibilidade de mostrar seu valor e desenvolver-se. Para Minto (2020) isto ocorreu por meio um processo de mistificação que transmuta a pandemia ao gosto das operações ideológicas próprias do neoliberalismo no período pandêmico:

[...] de problema gerador passa a ser vista como solução. A *remotização* é justificada como imperativo do presente e, ao mesmo tempo, de um processo de modernização, apontado como futuro (desejável). A mistificação se amplia à medida em que tanto no setor privado como em partes do público celebra-se o “sucesso” desse ensino, sem remeter a qualquer questão de fundo e problemas como desigualdade de acesso e qualidade formativa, mas apenas à forma (número de atendidos, quantos acessos foram feitos, quantidade de redes e escolas que adotaram “alguma alternativa”, etc.). Os mais exaltados chegam a celebrar uma “revolução” no ensino e a pandemia como “janela de oportunidades” para modernizar as práticas de ensino, currículos, etc. (idem, ibidem)

As autoras Flores e Evangelista (2020) apontam que o lobby em torno do ERE foi costurado, por exemplo, por Organizações Não Governamentais (ONGs) como Todos Pela Educação (TPE) com atuação no Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), bem como as representações do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil.

De acordo com as autoras supracitadas, essas organizações usaram como demonstração pública discursos com acentuada preocupação com o futuro de estudantes afetados(as) pelo distanciamento social, na medida de sua construção de projeto de vida e possibilidades de ingresso no mundo trabalho, assim como, do perigo iminente de evasão escolar, principalmente entre os mais vulneráveis. Assim, o conteúdo ideológico neoliberal é apresentado de forma implícita, diluído em um discurso solidário, tornando-o mais palatável. No entanto, essas formulações correspondem ao empreendimento de uma educação barateada e precária, voltada à preparação de mão de obra domesticada ao mundo do trabalho - em

acentuado processo de intensificação de precarização precário-, e muito bem alinhado aos interesses mercadológicos em torno da educação privada, *remotizada* e neoliberalizante (Silvestre, Filho e Silva, 2023).

A organização não-governamental Todos Pela Educação organizou um webinar no dia 08 abril intitulado “A Educação Frente à Pandemia”, com o incentivo e a participação do BM e CNE com o objetivo de organizar possíveis estratégias para a continuação da educação no período de distanciamento social (Uczak e Bernardi, 2021).

Os aspectos destacados na Nota Técnica estão alinhados à proposta lançada pela UNESCO em março de 2020, com objetivo de formar uma coalizão mundial para acelerar a implantação de soluções de aprendizagem a distância. [...] Há, no mínimo, dois aspectos a considerar nessa afirmação. O primeiro é a estratégia de indicar o ensino remoto como ‘a única solução possível’ para o atendimento educacional. [...] O segundo aspecto a considerar, referido como pedagogia de mercado, indica uma formação aligeirada e direcionada para a formação da classe trabalhadora, a fim de atender as necessidades do mercado de trabalho. Essa proposta vem sendo a alternativa recomendada pelos organismos internacionais como uma medida segura para enfrentamento às recorrentes crises do capitalismo no mundo ocidental. (Ibidem. p.7)

Em suma, o ERE é concebido por conglomerados econômicos que atuam na educação orientado pela ideologia neoliberal como mais uma possibilidade de realização de seus interesses financeiros. As indústrias da educação privada e das TIC’s anseiam ganhar espaço na oferta educacional frente à esfera pública, por meio de sua privatização e *remotização*, inclusive, acelerando a flexibilização e intermitência do trabalho docente e formulações propagandistas que isolaram uma considerável produção acadêmica crítica a respeito da EAD, da utilização das TIC’s e das TDIC’s.

Ainda, de acordo com Apple (2022), as variantes da educação a distância em que o sistema escolar e seu currículo entram em casa de forma mais ou menos organizada, que estão sendo desenvolvidas e colocadas em uso levam a mudanças na economia política da educação. Grandes editoras corporativas e conglomerados de mídia já estão envolvidos na produção de materiais para os(as) praticantes do homeschooling(homeschoolers) e para o ensino a distância. Isto é, as oportunidades de mercado para editoras privadas comodificarem/mercantilizarem e venderem um currículo pré-embalado começaram a se multiplicar de formas extraordinárias (Apple, 2022).

## **2. O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL COMO TEMA DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Uma vez discutido o contexto histórico e sociopolítico no qual emerge a proposta do ERE e a sua implementação no sistema de ensino no Brasil, no segundo capítulo será discutida uma revisão integrativa de literatura a partir dos trabalhos coletados que abordam isso no país. O capítulo está seccionado em três partes. A primeira parte apresenta uma introdução do ERE como tema de pesquisa em Ciências Sociais, para em seguida, na segunda e na terceira seção se discute os artigos e dissertações, respectivamente.

### **2.1 A introdução do Ensino Remoto Emergencial como tema de pesquisa no campo acadêmico**

Nos fins da década de 1980, sob impulso do processo de redemocratização do Brasil, a educação volta com preponderância à agenda de pesquisa das Ciências Sociais, e a partir da primeira década dos anos 2000 a Sociologia da Educação acelera seu processo de desenvolvimento como subcampo de investigação orquestrado pelas Ciências Sociais, apresentando um substancial aumento de grupos de pesquisa nas universidades e de linhas de pesquisa em seus programas de pós-graduação (OLIVEIRA e SILVA, 2014).

Cabe destacar que no íterim desse processo retomou-se também a dialogicidade com as produções acadêmicas próprias das Ciências da Educação, que caracterizou os estudos acadêmicos sobre temas educacionais no Brasil no período de sua emergência. Ainda que este trabalho se concentre no desenvolvimento do tema do ERE no campo das Ciências Sociais, observa-se que ele também foi abordado via Dermeval Saviani (2020; 2021) e Bernardete Angelina Gatti (2020). Ele e ela apresentam uma contribuição teórica inicial e operam de forma implícita um chamamento à investigação sobre o tema; angariando espaço nas agendas de pesquisas em educação e - por ecoar para além das fronteiras acadêmicas do campo que lhes é próprio - impulsionando também o interesse de cientistas sociais. Desde uma perspectiva crítica, macroestrutural e transnacional, Saviani (2020) introduz a questão do ERE com considerações sobre seu caráter imbricado à crise conjuntural ocasionada pela emergência da pandemia de COVID-19 no seio da crise estrutural do capitalismo em curso.

O autor defende que a orientação para adoção do ensino remoto como resposta à paralisação das aulas presenciais, mediante necessidade de isolamento social, ocorreu por vias pouco democráticas e que essa foi tratada falaciosamente como possibilidade única. Reafirma-

se a “[...] tendência advinda do neoliberalismo de subordinar a educação aos mecanismos de mercado [...]” (ibidem, p. 1) em detrimento de considerações de problemáticas em torno do fazer educacional.

Em outro artigo, Saviani (2021) discute implicações pedagógicas do ensino remoto a partir de reflexões sobre a tríade destinatário-forma-conteúdo. O autor destaca a impossibilidade da realização plena do fazer educacional em ambiente virtual, concluindo que resultaria em “[...] conteúdo esvaziado, forma empobrecida e destinatário excluído *a priori* ou ludibriado sobre sua aprendizagem.” (ibidem, p. 43). Além disso, o autor suscita previamente proposições sobre a relação do ensino remoto emergencial com a intensificação do trabalho docente, o adoecimento de docentes e discentes e o adensamento de desigualdades materiais e cognitivas.

Gatti (2020) empreende reflexões sobre possibilidades e limites de reconfigurações da educação escolar no pós-pandemia a partir de reflexões sobre vivências no contexto da pandemia de COVID-19. Hipotetiza que entre a transformação completa das formas de vida e a retomada irrestrita das formas sociais e institucionais pré-pandêmicas emergir-se-á trajetórias intermediárias capazes de, por assim dizer, reformar institucional e culturalmente a sociedade.

No que toca em específico o ERE, a autora destaca a falta de formação técnica dos(as) professores(as) quanto às plataformas digitais e as condições de trabalho desses professores e pondera algumas outras dificuldades como:

[...] o estudo e aprendizagem de conteúdos curriculares novos em modo de isolamento, com apoios delimitados pela situação remota, dificuldades de atenção e concentração, o estresse de alunos pela situação do isolamento, por excesso de conteúdos emitidos ou de tempo dedicado diante de tela de computador ou outro aparelho digital, trocas relativizadas pelo esforço comunicativo demandado, falta do calor dos laços presenciais, entre outras situações, o estresse dos professores pela exigência rápida de novas performances, de preparação de aulas virtuais demandando mudanças em perspectivas didáticas, esforço de manejo técnico de instrumentos não habituais em sua rotina de trabalho. (GATTI, 2020, p. 33)

Do ponto de vista das Ciências Sociais, Tossi (2020), a partir de formulações teóricas, apresenta proposições analíticas passíveis de análise em pesquisas empíricas voltadas à compreensão dos efeitos da suspensão das aulas presenciais sobre a formação social dos(as) estudantes. O autor parte de uma crítica à sociologia funcionalista, no que tange à ênfase dada por essa corrente sociológica ao caráter institucional e formal do ambiente escolar, para destacar o ambiente escolar como um microcosmo social no qual a socialização - enquanto processo contínuo - não só possibilita a apreensão de normas e conteúdos curriculares, como também

possibilita que sujeitos apliquem, questionem e ajustem suas disposições mediante situações práticas, assim como, incorporem novas disposições. Ainda, seria essa socialização cotidiana no ambiente escolar a responsável por produzir empatia e a noção do outro generalizado (ibidem, p.108) como referencial de coexistência nas comunidades ou grupos sociais de pertencimento.

Ainda, Tossi (2020) estabelece que a complexa formação social propiciada pelo ambiente escolar tanto não pode se realizar no ensino em ambiente virtual, quanto esse objetivo não compõe sua formulação (ibidem, p. 114), uma vez que enuncia-se em termos de continuidade de processos de aprendizagem, considerando apenas o caráter conteudista do fazer educacional. Desta forma, o sociólogo aponta para a necessidade de que abordagens sociológicas sobre o tema respondam questões em torno do impacto do deslocamento do espaço escolar para o ambiente virtual sobre processos de socialização de crianças e adolescentes. Para a realização deste empreendimento, o autor sugere a observação de dois aspectos das interações sociais:

O primeiro diz respeito à percepção do caráter ativo de crianças e adolescentes em seus processos de socialização e em sua forma de relacionar com o mundo à medida que se formam e são formadas como atores sociais. O segundo diz respeito a reconhecer a relevância da pluralidade de situações de interações a que sujeitos sociais são diariamente expostos e as quais lhe demandam ações correspondentes, em parte estruturadas, em parte improvisadas. (TOSSI, 2020, p. 115)

A partir das análises apresentadas acima, consideradas aqui por suas contribuições iniciais em formulações teóricas e sugestões analítico-conceituais para a investigação acadêmica sobre o ERE, *à priori*, é possível identificar uma considerável variedade de recortes temáticos sobre o tema, quais sejam: processos de institucionalização; impossibilidades e/ou possibilidades pedagógicas; questões sobre formação e trabalho docente; precarização do trabalho escolar; adensamento de desigualdades materiais e cognitivas; adoecimento docente e discente; questões sobre processos de socialização.

Nas pesquisas que serão discutidas a seguir será analisado como a produção pesquisada em Ciências Sociais sobre o tema do ERE correspondem às questões enunciadas pelos(as) autores(as) abordados(as) nesta sessão.

## 2.2 Artigos: Procedimentos de coleta de dados e sistematização

A Revisão Integrativa de Literatura desenvolvida neste trabalho versa sobre o tema do Ensino Remoto Emergencial na medida de sua abordagem acadêmica em pesquisas produzidas desde o campo das Ciências Sociais. Objetiva-se precisar e analisar eixos temáticos e instrumentos teórico-metodológicos mobilizados por seus(suas) autores(as), assim como, identificar sujeitos e etapas de ensino focalizados nas pesquisas, no intuito de discutir o estado da arte do fenômeno no campo acadêmico em questão.

Esta seção apresenta os procedimentos de coleta dos artigos. A discussão dos artigos foi organizada na seguinte sequência: questões procedimentais de coleta de dados, eixos temáticos e revistas de publicação, instrumentos de pesquisa mobilizados, sujeitos de pesquisa e etapas de ensino focalizados.

Todo projeto de pesquisa está suscetível a transformações impostas por características inerentes ao objeto investigado, apreendidas no decorrer do processo de investigação. Diante disso, no intuito de direcionar esforços analíticos aos trabalhos mais circunspectos, optou-se por caracterizar o “período 2020-2021” como critério de exclusão no procedimento de levantamento de amostra. Todavia, é preciso ter em conta que essa escolha não representa perdas no sentido da realização dos objetivos de pesquisa.

Com o intuito de iniciar a descrição desse processo elaboramos uma tabela com o número geral de trabalhos correspondentes ao verbete “Ensino Remoto” na lacuna “com todas as palavras” e marcando o item “no título do artigo”, com o número reduzido ao total de trabalhos correspondente ao critério de inclusão “artigos publicados em”, ao fim, com o número final de trabalhos que persistiram após aplicação do critério de exclusão “artigos publicados entre 2020 e 2021”:

**Quadro 1 - Coleta de artigos na plataforma Google Acadêmico**

ANO	VERBETE NO TÍTULO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO
2020	928	-	-
2021	2.550	5	-
2022	1.980	1	1
2023	660	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>6.118</b>	<b>9</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda, é possível observar que o aumento de interesse pelo tema de forma geral ocorre no ano de 2021, período em que o ERE ainda estava vigente. Considerada a pequena quantidade de artigos agrupados ao final das buscas - com as aplicações dos devidos critérios de inclusão e exclusão -, optou-se por empreender uma busca complementar nos anais de dois importantes encontros acadêmicos em Ciências Sociais, ocorridos entre 2022 e junho de 2023, quais sejam, o 46º Encontro Anual da ANPOCS (2022) e o 21º Encontro Brasileiro de Sociologia (2023). Esta estratégia intenciona complementar as buscas realizadas no Google Acadêmico com trabalhos produzidos que não puderam ser mapeados. A partir da busca complementar, soma-se ao universo dos trabalhos agrupados nas buscas iniciais outros três artigos, totalizando um grupo de análise de sete artigos.

O Quadro 2 apresenta a sistematização dos trabalhos a serem analisados. Optou-se por fazer a apresentação inicial dos artigos dando ênfase aos eixos temáticos sob quais os trabalhos foram elaborados, indicando ainda as revistas de referência de cada publicação. Ao observá-lo, percebe-se uma profusão de eixos temáticos, sendo que apenas o eixo *trabalho docente* se vê replicado em duas pesquisas (FRANCO; SANDALOWSKI, 2022; BEGA; GUIMARÃES, 2023). Os outros cinco artigos se repartem entre os eixos temáticos; ensino (MOURA; SECATTO, 2022); desigualdades (BEGA; GUIMARÃES; SOUZA, 2023); saúde mental (PALMEIRA; PORTO, 2023); aprendizagem, (BARCELLOS; SEVERO, 2023); políticas públicas (OLIVEIRA; SANTANA, 2023).

Quadro 2 – Eixos temáticos

ANO	EIXO TEMÁTICO	AUTORES	REVISTA
2022	ensino	MOURA; SECATTO	Perspectivas em diálogo
	trabalho docente e desigualdades	FRANCO; SANDALOWSKI	46º Encontro Anual da ANPOCS
2023	trabalho docente	BEGA; GUIMARÃES	Sociologias Plurais
	desigualdades	BEGA; GUIMARÃES; SOUZA	Sociologias Plurais

	saúde mental e gênero	PALMEIRA; PORTO	.pós - Revista Brasiliense de Pós- graduação em Ciências Sociais
	aprendizagem	BARCELLOS; SEVERO	21º Congresso Brasileiro de Sociologia
	políticas públicas	OLIVEIRA; SANTANA	21º Congresso Brasileiro de Sociologia

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em termos de instrumentos de pesquisa mobilizados, a Figura 1 demonstra que dentre o universo dos sete artigos, três se atém apenas à análise documental (BEGA; GUIMARÃES; SOUZA, 2023; FRANCO; SANDALOWSKI, 2022; OLIVEIRA; SANTANA, 2023), sendo que o instrumento é ainda utilizado de forma complementar por um quarto artigo (BEGA; GUIMARÃES, 2023). O questionário online é mobilizado por dois artigos (PALMEIRA; PORTO, 2023; BEGA; GUIMARÃES, 2023), o relato de experiência por dois artigos (BEGA; GUIMARÃES, 2023; MOURA; SECATTO, 2022), e a entrevista por apenas um artigo (BARCELLOS e SEVERO, 2023).

### Quadro 3 - Instrumento de pesquisa

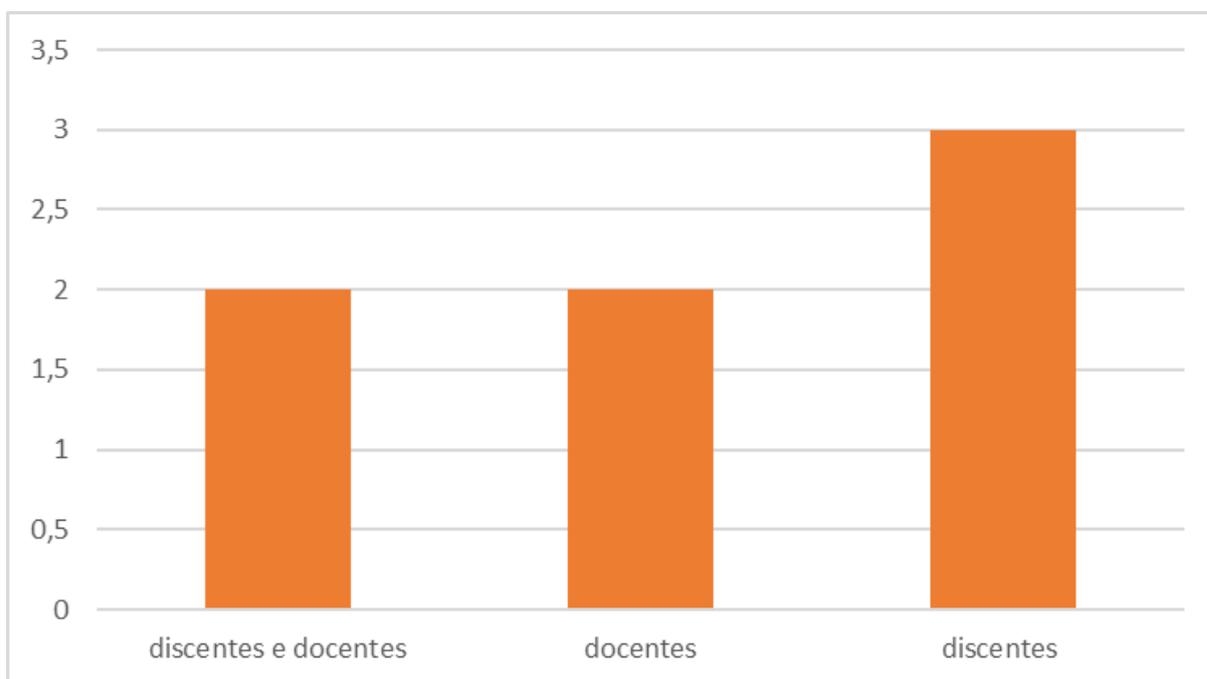
entrevistas	BARCELLOS e SEVERO, 2023
relato de experiências	BEGA; GUIMARÃES, 2023; MOURA; SECATTO, 2022

questionário online	PALMEIRA; PORTO, 2023; BEGA; GUIMARÃES, 2023
análise documental	BEGA GUIMARÃES, 2023 BEGA; GUIMARÃES; SOUZA, 2023 FRANCO; SANDALOWSKI, 2022 OLIVEIRA; SANTANA, 2023

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito aos sujeitos focalizados nas pesquisas, o Quadro 3 revela uma maior concentração nos discentes (PALMEIRA; PORTO, 2023; BEGA; GUIMARÃES; SOUZA, 2023; BARCELLOS; SEVERO, 2023). Duas pesquisas compõem o grupo que focaliza os docentes como sujeitos de pesquisa (FRANCO; SANDALOWSKI, 2022; OLIVEIRA; SANTANA, 2023), e outras duas compõem o grupo de foco misto entre discentes e docentes (BEGA; GUIMARÃES, 2023; MOURA; SECATTO, 2022).

**Figura 1 - Sujeitos de pesquisa**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos itens apresentados nesta primeira seção o que apresenta maior concentração dentre o universo dos sete artigos é o que diz respeito às etapas de ensino, tal como apresentado no Quadro 3. Quatro artigos se debruçam exclusivamente sobre o Ensino Médio (MOURA; SECATTO, 2022; BEGA; GUIMARÃES, 2023; BARCELLOS; SEVERO, 2023; OLIVEIRA;

SANTANA, 2023). Contudo, o Ensino Médio ainda aparece no escopo mais amplo do Ensino Básico, que corresponde a outros dois artigos (FRANCO; SANDALOWSKI, 2022; BEGA; GUIMARÃES; SOUZA, 2023). Apenas um artigo corresponde ao Ensino Superior (PALMEIRA; PORTO, 2023).

#### Quadro 4 - Etapas de ensino

AUTORES	ETAPA DE ENSINO
MOURA e SECATTO	Ensino Médio
FRANCO e SANDALOWSKI	Ensino Básico
BEGA e GUIMARÃES	Ensino Médio
BEGA; GUIMARÃES e SOUZA	Ensino Fundamental
PALMEIRA e PORTO	Ensino Superior
BARCELLOS e SEVERO	Ensino Médio
OLIVEIRA e SANTANA	Ensino Básico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os artigos coletados a partir de procedimentos próprios da RI apresentam correspondência com os temas gerais discutidos na primeira seção deste capítulo sobre a introdução do tema do ERE na agenda de pesquisa das Ciências Sociais, desde recortes temáticos propostos por Saviani (2020; 2021), Gatti (2020) e Tosi (2020). Correspondente as indicações de Saviani (2020; 2021) encontram-se os artigos de Bega e Guimarães (2023) no que concerne à intensificação do trabalho docente e Barbosa (2023) desde o tratamento da implementação do ERE como política pública para educação.

Em consonância com as temáticas propostas por Gatti (2020) encontram-se os artigos de Palmeira e Porto (2023) e Moura e Seccatto (2022) no que corresponde ao estudo das vivências educacionais no ambiente remoto com capacidade de contribuição à uma ressignificação positiva da educação no pós-pandemia e Franco e Sandalowski (2022) no que respeita à formação técnica dos professores e professoras para atuação no formato remoto e dos fazeres pedagógicos no contexto. Em consonância com a demanda de pesquisas voltadas ao impacto do deslocamento das atividades escolares e da ênfase ao caráter socializador da escola apresentada por Tosi (2020), aparece o trabalho de Barcellos e Severo (2023) focado nas experiências dos estudantes no contexto do ERE e suas percepções sobre ele.

### 2.3 Dissertações: Procedimentos de coleta e sistematização

Esta seção é dedicada à apresentação dos procedimentos de coleta das dissertações e à avaliação inicial das mesmas. Iniciamos com a apresentação dos procedimentos de coleta, seguidos dos programas de pós-graduação que vinculam as dissertações, dos eixos temáticos trabalhados, dos instrumentos de pesquisa mobilizados, por fim, dos sujeitos de pesquisa e etapas de etapas de ensino focalizados. A condição de processos de coleta de dados diferenciada para artigos e dissertações nos requer uma avaliação dos dados de forma desagregada para que se mantenha a clareza dos procedimentos.

Para a realização das buscas das dissertações, optou-se pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, uma vez que apresenta facilidade no processo de busca e recobre um amplo espectro da produção acadêmica a nível de pós-graduação. Essa plataforma oferece uma boa variedade de filtros e descritores, contribuindo com a clareza dos procedimentos de coleta e garantindo sua replicabilidade. No projeto inicial intencionamos agregar teses e dissertações à RI, no entanto as buscas não encontraram teses que correspondessem ao tema em cruzamento com os critérios de inclusão.

Em acordo com o formato de buscas empreendidas no caso dos artigos, iniciamos as buscas cruzando o verbete “ensino remoto” com o recorte temporal correspondente ao período de 2020 a 2023. Contudo, estendemos a exclusão dos artigos publicados em 2020 e 2021 às dissertações na intenção de manter a coerência desta RI, uma vez que é preciso apresentar um agrupamento que agregue os artigos e as dissertações, o que se verá no terceiro capítulo. Dessa forma, o “período 2020-2021” passa a operar como critério de exclusão, juntamente à “publicação em programas de pós-graduação não vinculados às Ciências Sociais” e “trabalhos completos não encontrados”.

Por outro lado, os critérios de inclusão - após o cruzamento entre o verbete e o recorte temporal - se resumem em “aplicação do filtro Área Conhecimento - Sociologia” e “aplicação do filtro Área Conhecimento Antropologia”, e “dissertações defendidas até 06/ 2023”. A partir disso, as buscas chegam ao fim com o grupo de seis dissertações que sustentaram-se após aplicação dos critérios de inclusão e dos critérios de exclusão, como se pode observar abaixo:

#### Quadro 5 - Coleta de dissertações na Catálogo de Teses e Dissertações CAPES

ANO	VERBETE NO TÍTULO	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
-----	-------------------	-----------------------	-----------------------

2020	149	-	-
2021	874	6	-
2022	1.337	5	3
2023	2.784	5	3
<b>TOTAL</b>	<b>5144</b>	<b>16</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito aos programas de mestrado (sistematizados no Quadro 5) as seis dissertações se distribuem entre cinco programas: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPI) e o Mestrado Profissional Sociologia em Rede (FUNDAJ). Nota-se que todos os programas estão vinculados a universidades públicas. Dentre elas se destaca a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com dois programas de pós-graduação e três dissertações vinculadas (PERES, 2022; POSSAMAI, 2022; SILVA, 2023), o que corresponde a 50% da amostra.

Cabe destacar também a presença de um Programa de Pós-graduação *stricto sensu* com uma dissertação vinculada (ARRUDA, 2023); o Mestrado Sociologia em Rede que é vinculado ao PROFSOCIO, um programa ofertado de forma simultânea no território nacional com objetivo de qualificar a formação de professores de sociologia em exercício.

O único programa com duas dissertações vinculadas é o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS (PERES, 2022; SILVA, 2023). O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS (POSSAMAI, 2022), o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMA (LIMA, 2022), o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPI (RIBEIRO, 2023) e o Programa de Mestrado Sociologia em Rede (ARRUDA, 2023).

#### **Quadro 6 - Programas de Pós-Graduação**

IES	Programa de Pós-Graduação	Total
-----	---------------------------	-------

UFRGS	Antropologia Social (Porto Alegre)	1
	Antropologia Social (Porto Alegre)	1
	Sociologia (Porto Alegre)	1
UFMA	Sociologia (Imperatriz)	1
UFPI	Sociologia (Teresina)	1
FUNDAJ	Sociologia em Rede (Recife)	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

A sistematização do Quadro 6 revela que em comparação com a avaliação inicial do grupo dos artigos, a amostra das dissertações apresenta uma maior coesão no quesito eixos temáticos; sociabilidade (PERES, 2022; LIMA, 2022; RIBEIRO, 2023), desigualdades educacionais (PERES, 2022; SILVA, 2023), trabalho docente (POSSAMAI, 2022) e ensino (ARRUDA, 2023).

#### Quadro 7 - Eixos temáticos

ANO	EIXO TEMÁTICO	AUTOR	IES
-----	---------------	-------	-----

2022	sociabilidade e desigualdades educacionais	PERES	UFRGS
	sociabilidade	LIMA	UFMA
	trabalho docente	POSSAMAI	UFRGS
2023	desigualdades educacionais	SILVA	UFRGS
	sociabilidade	RIBEIRO	UFPI
	ensino	ARRUDA	FUNDAJ

Fonte: Elaborado pelo autor

A sistematização dos eixos temáticos será revisada a seguir de acordo com as categorias descritas no Quadro 6. Desse modo, a dissertação de Peres (2022) intersecciona sociabilidade e desigualdades educacionais como eixo temático central ao realizar uma etnografia de cunho comparativo entre uma escola pública e uma escola privada. A autora dá ênfase tanto às novas formas de sociabilidade que emergem do deslocamento das atividades educacionais para o ambiente virtual quanto às particularidades dessas experiências quando considerado o recorte de classe. As desigualdades educacionais aparecem também como eixo central em Silva (2023) a partir da problematização de condições de não inclusão de estudantes com deficiência na formulação do ERE.

A temática da sociabilidade é central no trabalho de Lima (2022), no qual investiga a relação dos estudantes com o ERE a partir do possível acionamento de conhecimentos tecnológicos prévios para adaptação à nova realidade educacional. Por outro lado, Ribeiro (2023) investiga as mudanças nas práticas escolares ocasionadas pelo deslocamento do ambiente escolar para a realidade virtual no que respeita às relações entre professores e alunos e familiares.

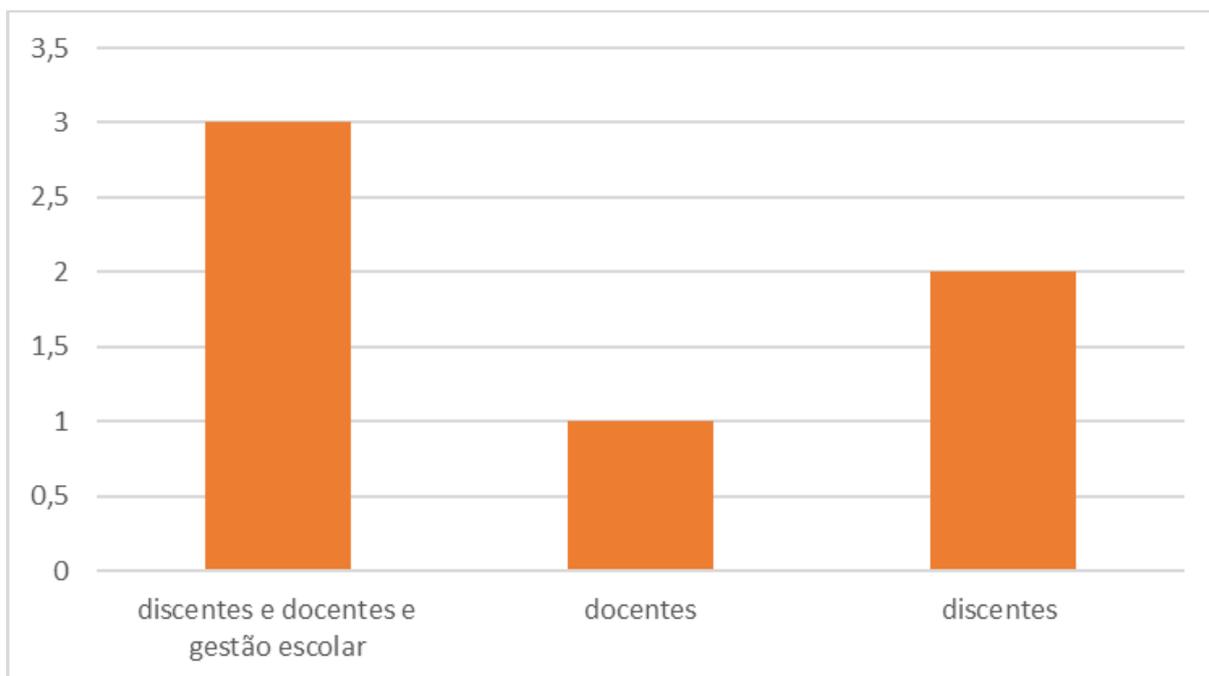
O trabalho docente aparece como eixo temático na pesquisa de Possamai (2022) na qual se dedica a compreender como os(as) professores(as) organizaram estratégias de adaptação ao ERE. Enquanto a temática do ensino propriamente dita foi trabalhada por Arruda (2023) em uma dissertação etnográfica que elabora sua experiência docente junto ao EJA no contexto do ERE.

**Quadro 8 - Instrumentos de pesquisa**

observação não participante	LIMA, 2022 RIBEIRO, 2023
questionário	RIBEIRO, 2023
observação participante	ARRUDA, 2023 PASSAMAI, 2022 PERES, 2022 SILVA, 2023
entrevista	ARRUDA, 2023 RIBEIRO, 2023 PASSAMAI, 2022 PERES, 2022 SILVA, 2023
análise documental	LIMA, 2022 PASSAMAI, 2022 SILVA, 2023

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre os instrumentos de pesquisa mobilizados pelas pesquisadoras e pesquisadores, cabe destacar que trata-se de ferramentas metodológicas que foram incorporadas a desenhos teórico-metodológicos orientados pela perspectiva etnográfica.

**Figura 2 - Sujeitos da pesquisa**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tal como observado nos sujeitos das pesquisas do grupo de artigos, é levemente superior à quantidade de dissertações que enfatizam aos(as) discentes como sujeitos da pesquisa. Contudo, os(as) docentes aparecem destacados como sujeitos da pesquisa em uma dissertação e compoendo os grupos de sujeitos da pesquisa em outras três dissertações.

**Quadro 9 - Etapas de ensino**

AUTOR	ETAPA DE ENSINO
PERES	Educação Básica
LIMA	Ensino Médio
POSSAMAN	Fundamental II e Médio
DA SILVA	Educação Básica
RIBEIRO	Ensino Médio
ARRUDA	EJA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Enquanto no grupo dos artigos se destaca o ensino médio como etapa de ensino mais abordada, no caso das dissertações pode-se observar uma maior diversidade de recortes por etapa de ensino. Apesar de não constar nenhuma pesquisa dedicada ao ensino superior e exclusivamente ao ensino fundamental, o ensino médio é focado em duas dissertações, o

ensino básico (fundamental I e fundamental II) em duas dissertações, fundamental II e ensino médio em uma dissertação e o EJA (Educação de Jovens e Adultos) em uma dissertação.

Tal como no caso dos artigos sistematizados, as dissertações correspondem às demandas de pesquisa indicadas pelos autores referência da primeira seção deste capítulo. A dissertação de Peres (2022) encontra demandas dos três autores: estuda a impossibilidade da educação em formato remoto, tal como pretendido por Saviani (2020); observa os impactos do deslocamento da educação para o ensino remoto sobre os alunos, como proposto por Tosi (2020); enfatiza as vivências dos estudantes como diagnóstico para educação no pós-pandemia.

Em consonância com as demandas indicadas por Gatti (2020), no sentido de compreender as vivências dos atores envolvidos no processo educacional em contexto remoto, encontram-se as dissertações de Lima (2022) e Passamai (2022). As pesquisas que correspondem às indicações de Saviani (2020; 2021), no que corresponde à abordagem crítica sobre implicações pedagógicas no contexto do ERE, são Silva (2023) e Arruda (2023). Ao cabo, o trabalho de Ribeiro encontra correspondência com a indicação de Tosi (2020) no sentido de buscar compreender os processos de formação social dos alunos no contexto.

### **3. ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICO DOS ARTIGOS E DISSERTAÇÕES EM RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA CRÍTICA DE MICHAEL APPLE**

Este capítulo está dedicado aos resultados da pesquisa de REI a partir de reflexões em uma discussão orientada pela pedagogia crítica de Michael Apple. Na primeira seção contextualizada a abordagem teórica do autor de referência. Na seção seguinte se analisa os trabalhos sistematizados no segundo capítulo em relação com o conceito de racionalidade econômica de Michael Apple.

#### **3.1 Michael Apple: uma análise relacional sobre neoliberalismo e políticas educacionais no contemporâneo**

A análise desenvolvida nesta seção está orientada pelo trabalho de Michael Apple intitulado “A educação e os novos blocos hegemônicos”. No referido trabalho o autor discute as disputas por políticas públicas no interior do campo educacional nos EUA, no qual a agenda neoliberal tem ocupado um lugar de destaque como força primordial. Compreende-se que apesar do trabalho considerar o doméstico, com suas particularidades sociais, econômicas e políticas, por se tratar do estado hegemônico em plano global e ter como objeto central o neoliberalismo, a ideologia operante em nível internacional. Assim, a discussão a partir dessa obra permite abordar os interesses neoliberais sobre o ERE enquanto política educacional de caráter extraordinário, no contexto do campo educacional do Brasil.

Michael Apple tem desenvolvido ao longo das últimas quatro décadas uma perspectiva sociológica crítica de orientação neomarxista com ênfase no campo educacional (Catelan; Henn, 2016). Embora prepondere sua associação aos estudos sobre currículo, destaca-se suas contribuições para a sociologia da educação desde os estudos de políticas públicas educacionais. Sua perspectiva teórico-metodológica é primordialmente influenciada pelo pensamento de Antônio Gramsci e incorpora elementos do pensamento de Raymond Williams, ambos representantes do neomarxismo.

De acordo com Gandin e Lima (2016) a perspectiva de Apple para os estudos de políticas educacionais incorpora seis elementos fundamentais; o princípio epistemológico da análise relacional; uma concepção própria de Estado; o conceito de hegemonia e o conceito de senso comum; o campo das políticas educacionais como *lócus* de disputa por hegemonia; a

capacidade de incorporação de outras formulações teórico-conceituais; o compromisso do pesquisador com a agência dos despossuídos na construção da contra hegemonia.

O princípio epistemológico que orienta os estudos de Apple é a análise relacional. Esta perspectiva opõe-se ao funcionalismo e ao marxismo ortodoxo, negando a análise dos fenômenos isolados e a primazia da esfera econômica sobre a organização social como um todo. A análise relacional requer que o fenômeno estudado seja colocado em relação com outras esferas da vida social. Em particular, no caso dos estudos de políticas educacionais, o autor confronta a educação às esferas econômica, política e cultural.

A análise relacional é uma epistemologia que pressupõe investigar o objeto desde suas múltiplas relações com a sociedade em que está disposto, considerando os múltiplos grupos envolvidos interna e externamente (Apple, 2006). Nesse sentido, quanto mais amplo o espectro social que compõe o Estado e que é composto em relação com ele, posto em relação ao objeto estudado, maior será sua significação (Gandin; Lima, 2016). Assim, de acordo com o autor, para extrair o significado de determinada política educacional é preciso pô-la em relação com a economia, a política e a cultura da sociedade em que se encontra.

O estabelecimento da análise relacional como princípio epistemológico dos estudos de Apple implica elucidar sua compreensão de Estado que, por sua vez, encontra-se imbricado aos conceitos de hegemonia e senso comum. Apple compreende o Estado “[...] como não neutro, formado por diferentes grupos que se aliam entre si a partir de objetivos comuns e lutam para que seus objetivos se tornem hegemônicos” (Gandin; Lima, 2016). Isto significa que o Estado é um *locus* de disputa nos processos de produção de hegemonia, em última análise, o Estado é disputado em termos de classe, raça, gênero e quaisquer outros conflitos de interesse postos no seio da sociedade. Cabe enfatizar que a análise relacional de Apple embora prime pela esfera econômica e, conseqüentemente, pelo conflito de classes, enfoca e reconhece a importância de outras esferas sociais e outros grupos de interesse coesos e/ou difusos.

Apple afirma que o Estado está sempre em *formação*, o que traz uma ideia de movimento. Para o autor, o Estado não apenas é uma arena na qual grupos diferentes lutam para legitimar e instituir suas concepções, mas o Estado mesmo se forma e se transforma através dessas lutas, modificando, assim, tanto seu conteúdo quanto sua forma. (Gandin; Lima, 2016, p. 667)

A citação informa que para Apple é no Estado que se conforma não simplesmente a hegemonia, mas as disputas de poder em torno dela. Isto porque as forças hegemônicas de forma recorrente apresentam um caráter difuso, com o estabelecimento de alianças e eventualmente rupturas no interior delas. Nesse sentido, o autor supera o entendimento de Estado como

constructo histórico a serviço do capital, como em geral é compreendido pelos teóricos marxistas clássicos.

De acordo com Gandin e Lima (2016) o conceito de hegemonia em Apple adquire um caráter positivo a partir da ideia de saturação, uma vez que esvazia o conceito de qualquer caráter de falseamento da realidade, ao compreender que a construção da hegemonia requer a saturação das consciências, ou seja, que a visão de mundo dos sujeitos encontre as formas operadas desde as instituições, inclusive, ocupando espaço nas formulações elaboradas desde o senso comum. A hegemonia se estabelece desde processos racionalmente organizados em busca de construção de consenso; o que se almeja “é uma relação de interdependência entre senso comum e hegemonia” (ibidem, p. 658):

[...] a hegemonia atua para “saturar nossa própria consciência, de maneira que o mundo educacional, econômico e social que vemos e com o qual interagimos, bem como as interpretações do senso comum que a ele atribuímos, se torna o mundo *tout court*, o único mundo. Assim, a hegemonia se refere não à acumulação de significados que estão em um nível abstrato em algum lugar “da parte superior do cérebro”. Ao contrário, refere-se a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, eficaz e dominante de significados, valores e ações que são *vividos*. Precisa ser entendida em um nível diferente do que a “mera opinião” ou da “manipulação”. (Apple, 2006, p. 39)

Apple (1999) compreende a hegemonia como o processo pelo qual grupos dominantes se unificam em torno de um projeto que assegure a dominação legítima, no qual o uso da coerção não seja primordial, muito embora não alcance a dominação total - em todas as esferas da vida social - e tenha que trabalhar “continuamente contra as culturas residuais e emergentes” (ibidem, p. 42).

O referido autor compreende o campo das políticas educacionais como um *locus* de disputa por consolidação de hegemonia (ibid.). O elemento central dessa disputa pode ser compreendido como disputa por visão de mundo, ou seja, pela significação da realidade a partir da tradução ideológica das necessidades dos sujeitos dominados. De acordo com Gandin e Lima (2016), essa é a razão pela qual Apple compreende políticas educacionais como políticas culturais; elas reverberam para além da esfera econômica. Contudo, o que, inequivocamente, se coloca em disputa é a consolidação da hegemonia:

As políticas culturais na educação não se referem apenas às complexas questões sobre qual será o capital cultural que se torna em conhecimento oficial e a quem pertence esse mesmo capital cultural. Nem tão-pouco analisam que concepções de família, governo, identidade e economia deverão ser veiculadas nas nossas instituições e no nosso cotidiano. Claro que tudo isto que acabo de referir é de capital importância.

As políticas culturais relacionam-se também, e com muita profundidade, com os recursos que empregamos para confrontar as relações existentes, para defender as formas contra-hegemônicas que já existem, ou até para criar novas formas. (Apple, 1999, p. 48)

A perspectiva relacional de Apple apesar de encontrar nos conceitos de Estado, hegemonia e senso comum as possibilidades de sua operacionalidade analítica, não deve ser compreendida como um quadro teórico-metodológico rígido. Ao revés, a análise relacional deve incorporar elementos conceituais e categóricos desenvolvidos a partir de outras teorias. Esse movimento não reduz a análise relacional, mas alarga sua capacidade explicativa no que se refere, em particular, às complexas relações entre sociedade e educação. Esse elemento do construto teórico de Apple “filia-se ao campo do neomarxismo, que busca analisar como cultura, ideologia, hegemonia e autonomia relativa se relacionam à educação” (Marin e Lima, 2016, p. 661).

No trabalho “A educação e os novos blocos hegemônicos” (2011), Apple opera uma análise relacional sobre as disputas em torno de políticas educacionais nos EUA. O autor destaca que apesar de constituir-se uma abordagem doméstica do contexto estadunidense os processos que se desenvolvem internamente estão fortemente associados ao contexto internacional de novas formas socioeconômicas orientadas pela agenda neoliberal (ibidem, p. 95). A educação é compreendida como um campo central para a efetiva conformação da ideologia. De modo geral, Apple considera que a educação:

[...] é um lugar de conflito e de compromisso. Ela serve também como um espaço para amplas batalhas sobre o que nossas instituições deveriam fazer, a quem elas deveriam servir e quem deveria tomar essas decisões. E, ainda, ela é, por si própria, uma das maiores arenas em que os recursos, o poder e a ideologia específicos das políticas, das finanças, do currículo, da pedagogia e da avaliação em educação são colocados em jogo. (ibid. p. 94)

Dessa forma, pode-se estabelecer que a educação, em particular suas políticas, é um campo fundamental para os processos de construção de hegemonia. A partir de uma análise relacional das políticas educacionais estadunidenses, Apple acessa o que chamou de “guinada conservadora”, posta em marcha pelos novos blocos hegemônicos. Sob o guarda-chuva ideológico<sup>5</sup> da nova hegemonia nos EUA, o autor reconhece quatro grupos de interesse marcadamente direitistas, quais sejam, “os neoliberais, os neoconservadores, os populistas

---

<sup>5</sup> Guarda-chuva ideológico é uma metáfora utilizada por Apple (1999, p. 42) para explicar uma aliança hegemônica que abriga blocos com interesses difusos mas que se encontram em determinadas compreensões ideológicas capazes de dar sustentação à aliança.

autoritários e uma certa fração da nova classe média em ascensão” (ibid. p. 95), dentre os quais os neoliberais são o grupo com mais poder acumulado.

No que respeita a frente da educação no empreendimento da “restauração conservadora”, o autor reconhece a liderança dos neoliberais pela “modernização conservadora”, guardada a devida parte de cada um dos grupos que integram a aliança, que objetiva “reformular” a educação. Sob a regência do neoliberalismo, essa nova aliança enuncia uma crise total do sistema educacional estadunidense que seria fruto da governança pública e dos sentidos igualitários nele inscritos. A estratégia de disputa é retórica. O objetivo é que, nos moldes da ideologia neoliberal em geral, o público seja esgarçado e o ideário neoliberal pautado por uma racionalidade econômica seja oferecido como solução para os problemas de ineficiência da educação pública (Apple, 2011).

A guinada conservadora - que chamei em outro lugar de restauração conservadora (Apple, 1993; 1996) - foi resultado do exitoso esforço da direita para construir uma ampla aliança. Essa nova aliança teve tanto sucesso em parte porque ela foi capaz de vencer a batalha do senso comum. Isto é, ela costurou criativamente, diferentes tendências e compromissos sociais e organizou-os sob sua própria liderança geral nas questões ligadas a bem-estar social, cultura, economia e [...] educação. seu alvo em política educacional e social é o que pode ser melhor descrito como “modernização conservadora” (Apple, 2011, p. 95).

Dos quatro grupos aliados em torno da “modernização conservadora” da educação nos EUA, convém focar naquele que orientou sua marcha, o dos neoliberais, uma vez que a partir da agenda neoliberal são estabelecidos os termos dessa “reforma”. Ainda, é preciso considerar que a ideologia neoliberal<sup>6</sup> como nova razão orientadora do mundo pós reestruturação do capitalismo iniciada na década de 1970 se conforma como uma ideologia globalizada e globalizante. Essa característica possibilita o trabalho de traçar paralelos entre sua manifestação nos EUA e no Brasil.

A retórica dos neoliberais versa sobre a superioridade do privado em detrimento do público e seu norte é a objetivação de uma racionalidade econômica (ibidem. p. 96). A ideia de crise total da educação estadunidense incorpora ataques às normas e valores igualitários estabelecidos, assim como, observa o mal desempenho do alunado no que se refere à exames padronizados e argumenta a nulidade de uma formação que se não volta para conhecimentos economicamente úteis. Em contrapartida, o que se oferece é um modelo de educação orientado

---

<sup>6</sup> De acordo com Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo opera como uma ideologia globalizante, baseado numa racionalidade econômica, que extrapola a esfera econômica e se incorporando, inclusive, às subjetividades. Desta forma, da nova ordem neoliberal emerge um novo sujeito histórico: o empresário de si mesmo.

pela eficiência de caráter econômico e que forma indivíduos aptos à competitividade e ao consumo (ibid).

De acordo com Apple, a racionalidade econômica demandada pelos neoliberais na “modernização conservadora” da educação compreende os(as) estudantes não como sujeitos de direitos em formação cidadã mas como capital humano. Nesse sentido, se daria a formação dos(as) estudantes em termos de assimilação de habilidades necessárias para adaptação ao mundo cada vez mais neoliberalizado, individualista e competitivo. Portanto, seu objeto se desvia da formação cidadã para formar consumidores e trabalhadores, ao passo que a democracia se converte em mercado.

Ao cabo, as investidas do neoliberalismo sobre a educação têm como objetivo subordiná-la ao setor privado em benefício dos grupos sociais dominantes. Apple chama atenção para duas frentes pelas quais o neoliberalismo atua no campo educacional estadunidense; financeirização e formação. O primeiro eixo orientado por interesses puramente econômicos visa a transformação da educação em mais uma mercadoria na prateleira do capitalismo, e o segundo orientado pelo interesse cultural de transformar a formação de cidadãos em formação de consumidores e trabalhadores adaptados às exigências do mercado de trabalho em seu estágio neoliberal. Portanto, o neoliberalismo disputa as políticas educacionais nos termos de um projeto de educação pautado numa racionalidade econômica; eficiência e ética do custo-benefício.

O sexto elemento que integra a sociologia crítica de Michael Apple, como indicam Gandin e Lima (2016), é ideia do pesquisador comprometido com a agência dos grupos sociais oprimidos e despossuídos em disputas contra hegemônicas. Assim, uma sociologia crítica necessita um compromisso ético dos grupos sociais dominados, o que coloca o pesquisador como partícipe das disputas em torno da hegemonia. No caso do campo da educação urge o comprometimento de pesquisadores(as) com a vigilância das políticas mercadorizadoras da educação operadas de forma virulenta por agentes da nova ordem econômica, política e social, qual seja, o neoliberalismo.

### **3.2 A produção acadêmica em sociologia no Brasil e a discussão da racionalidade econômica**

Os trabalhos sistematizados no capítulo dois serão analisados à luz das contribuições teórico-metodológicas de Michel Appel sobre a relação entre neoliberalismo e políticas educacionais com ênfase no trabalho “A educação e os novos blocos hegemônicos”. De forma

alguma o que se pretende é a replicação de seu quadro teórico em uma análise relacional sobre o ERE. O objeto, um tanto mais modestos, é lançar luz sobre o papel dos trabalhos acadêmicos produzidos no campo das ciências sociais sobre o ERE.

As forças neoliberais atuantes no Estado brasileiro têm se mostrado um forte bloco social nas disputas internas pela consolidação de hegemonia, acumulando vitórias de forma contínua e que podem ser observadas desde políticas educacionais instituídas nas últimas décadas. Para descrever esse cenário demanda-se breve abordagem de uma política educacional de orientação neoliberal paradigmática do ideário da racionalidade econômica; a instauração e consolidação do ensino superior por Ead, uma vez que correspondente tanto às demandas mercadológicas do neoliberalismo, quanto às demandas de cunho formativo, portanto, voltadas ao espectro cultural da sociedade.

De acordo com Menezes (2024) o processo de fomentação e instituição do EAD como política educacional de estado compreende o período de 1996 à 2002. Seu ponto de partida é o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que institui o fomento do Ensino à Distância desde o poder público e se consolida com o documento *Educação a distância (EAD) na graduação: as políticas e as práticas* (2002) formulado no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. O *lobby* em torno das ações instituídas durante o período argumentava, por um lado, em favor de uma “educação tecnológica” em consonância com as formas do mundo economicamente globalizado, e por outro lado apresentava o EAD como uma ferramenta de “ampliação ao acesso” ao ensino superior.

O período compreendido entre 2023 e 2010, segundo a autora referida, corresponde à conformação do EAD como política educacional por meio da ampliação de seu arcabouço político/jurídico. Dentre as ações levadas a cabo durante o período, destaca-se o Decreto 5.622/2005 que habilita os cursos de graduação e pós-graduação à modalidade assíncrona, ou seja, aulas gravadas e oferecidas nas plataformas de ensino para que o alunado assista em qualquer momento.

Menezes conclui que camuflado nos discursos de “modernização tecnológica” e de “ampliação do acesso ao ensino superior” encontra-se um projeto hegemônico neoliberal que “busca por novas áreas de exploração lucrativa pela privatização de setores estratégicos dos países capitalistas dependentes [...] bem como a conformação de mentes e corações ao seu projeto societário” (ibidem, p. 41). Assim, o que se observa na instituição do EAD como política educacional no Brasil é a mercadorização da educação associada à formação de indivíduos habilitados ao novo mundo neoliberal.

A exitosa instituição do EAD como política educacional fomentada pelo Estado ao longo de duas décadas e dois governos de diferentes posições político-ideológicas, quais sejam, o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, e o governo social democrata de Luiz Inácio Lula da Silva, demonstram que o bloco neoliberal se mantém poderoso, construindo hegemonia e protegido sob o guarda-chuva ideológico dos grupos dominantes, independente de qual seja sua formação.

O ERE foi implementado gradativamente nas instituições públicas e privadas do país durante o ano de 2020. Em agosto do mesmo ano 3,4 milhões de estudantes brasileiros estavam vinculados às instituições de ensino que aderiram às aulas remotas (AGÊNCIA SENADO, 2020). Tendo em conta o conhecido processo de mercadorização da educação que pressionava o campo educacional no Brasil desde os anos de 1990, Saviani alertava para o fato de que o ERE se inseria como política pública na educação desde

[...] múltiplas determinações [...], entre elas os interesses privatistas colocados para a educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo, a precarização e intensificação do trabalho para docentes. (Saviani, 2021, p. 38)

O autor elabora um diagnóstico no qual o ERE é compreendido pelo mercado financeiro com investimentos no EAD como uma oportunidade de ampliar a introdução desse sistema educacional já consolidado no campo da educação. Ao tempo que esvazia o fazer educacional de seu caráter socializador e pautado em processos de ensino-aprendizagem, focando tão somente na assimilação de conteúdo, portanto, em consonância com a racionalidade econômica. A partir disso, o autor convoca as forças sociais contra hegemônicas ao enfrentamento desses interesses sob os signos da qualidade da educação e de seu caráter coletivista (ibidem. p. 45).

Neste ponto, retornamos a um dos fundamentos da análise relacional de Apple, aquele que se refere ao papel dos(as) pesquisadores(as) como canalizadores das demandas próprias dos grupos sociais dominados, incumbidos de fomentar processos de resistência aos grupos hegemônicos. As portas foram abertas ao mercado e aos lares, pois o processo educacional no período da pandemia se tornou um centro de lucro ainda maior, à medida que o currículo escolar é cada vez mais mercantilizado (Apple, 2022). A crítica contínua aos processos que permeiam a educação é de vital importância para fomento de projetos contra hegemônicos.

Dentre os sete artigos revisados nessa pesquisa, seis estão direta ou indiretamente debruçados sobre temas relacionados com as desigualdades sociais no contexto do ERE. As desigualdades de cunho material entre os estudantes são evidenciadas nos resultados dos

trabalhos de Barbosa (2023); Barcelos e Severo (2023); Franco e Sandalowski (2022); Souza, Bega e Guimarães (2023). Desigualdade de gênero e étnico-racial aparece como tema central no trabalho de Palmeira e Porto (2023) e o tema das desigualdades regionais no trabalho de Barbosa (2023).

O trabalho de Barcelos e Severo (2023) busca compreender o ponto de vista de estudantes de ensino médio sobre suas experiências no ERE. Desde um construto teórico-metodológico que articula a sociologia do conhecimento e a fenomenologia social, os pesquisadores operam uma pesquisa social reconstrutiva baseada na análise de entrevistas narrativas. À conclusão da pesquisa:

Os resultados principais foram avaliações consideradas negativas sobre a experiência do ERE, sentimentos de conotação negativa, falta da relação direta com professores (as) e colegas, ausência de ferramentas didáticas adequadas e a interrupção das rotinas de aprendizagem. (ibidem. p. 2)

Enquanto a questão da precarização do trabalho docente no contexto do ERE é o tema central nos trabalhos de Franco e Sandalowski (2022) e Bega e Guimarães (2023).

Desde uma perspectiva da sociologia das profissões Franco e Sandalowski (2022) analisam comparativamente como professores de escolas públicas e privadas do Rio Grande do Sul atuaram didática e pedagogicamente. Concluem que houve grande desigualdade de acesso ao ensino entre os estudantes das instituições públicas e privadas e que professoras e professores de ambas as instituições sofreram sobrecarga de trabalho, contudo, dentre os profissionais das escolas públicas pesa a falta de instrução e sobrecarga de trabalho ainda maior (ibidem. p. 13-14).

Bega e Guimarães (2023) desenvolveram uma pesquisa numa perspectiva de observação participante com o objetivo de compreender a nova rotina laboral imposta aos professores e professoras em relação às estratégias do governo do Paraná para implementação do ERE. As pesquisadoras indicam que o corpo docente teve que se adaptar de forma particular ao formato de aulas remotas e fazer uso de recursos também particulares, uma vez que não teve formação adequada, tampouco disposição de recursos tecnológicos.

A relação entre ERE e gênero é desenvolvida no artigo de Palmeira e Porto (2023), sendo também o único artigo a abordar o ensino superior. As pesquisadoras elaboraram uma pesquisa em primeira pessoa, a partir da da epistemologia feminista, para compreender os efeitos do ERE sobre as relações de gênero nas ciências, mais especificamente, no mestrado em

sociologia da UNB. A conclusão é de que as mulheres pós-graduandas foram impactadas de forma paradigmática pelo ERE:

O ambiente acadêmico, no qual elas estão em posição de outsider within, pode ser extremamente prejudicial à autoestima delas, e quando associado ao ensino remoto, que dentro de um contexto pandêmico, afeta a saúde mental, a interação social e a circulação de ideias, e isso pode ser uma junção--chave para afetar a produção científica delas. (Ibidem. p. 154)

O trabalho de Bega, Guimarães e Souza (2023) versa sobre o acirramento da desigualdade espacial no que se refere às crianças da cidade de Curitiba. As pesquisadoras operam uma pesquisa no formato metodológico de análise efeito-território sobre as crianças de 6-14 anos no que diz respeito à desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos necessários para as aulas em formato remoto. O resultado da pesquisa indica que:

percebemos que essa desigualdade no acesso à internet está diretamente associada à segregação espacial, característica da cidade, vindo a se somar a outras tantas formas de desigualdade e expondo uma de suas faces mais cruéis, a privação do direito fundamental à educação e, conseqüentemente, a negação da possibilidade de futuro para um contingente tão significativo de crianças e adolescentes que, historicamente, sempre foram as menos amparadas por investimentos realizados pelo Estado. (Ibidem. p. 351)

É plausível destacar que apenas um artigo destoa do grupo focal tanto no que diz respeito ao tema e à significação do ERE. O trabalho de Moura e Seccatto (2022) essencializa o ERE e as TDICs e preocupa-se em compreender como o ensino da sociologia pode se adaptar às formas de um ensino remoto. Esse breve enfoque nos temas que compuseram a agenda de pesquisa dos artigos e nos seus resultados indica uma disposição das pesquisadoras e dos pesquisadores para compreender os impactos do ERE sobre os grupos socialmente minoritários na sociedade brasileira.

O artigo de Barbosa (2023) é o único trabalho que aborda de forma central os processos de implementação do ERE como política pública. O pesquisador elabora uma análise comparativa entre os estados do Amazonas, do Maranhão e de São Paulo, desde de uma perspectiva das desigualdades regionais. O autor conclui que a implementação do ERE elevou as desigualdades materiais já existentes entre os entes federativos.

Nenhum dos artigos se debruça sobre especificamente sobre a implementação do ERE em nível nacional ou sobre possíveis interesses mercadológicos nos processos de implementação. Contudo, é observável uma preocupação com a temática da implementação do ERE no que concerne a interesses mercadológicos e possíveis ressignificações para a educação

pós-pandemia nos trabalhos de Barcelos e Severo (2023, p. 3), Bega e Guimarães (2023, p. 237); Bega Guimarães e Souza (2023, p. 351); Barbosa (2023, p. 3).

De modo geral, embora os artigos analisados partam das mais diversas perspectivas teóricas, resguardam em comum um olhar crítico sobre o ERE. Os trabalhos exprimem as experiências dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e marcam posições críticas ao ensino remoto, as formas de sua implantação e as mazelas sociais que esse formato acirrou e/ou produziu. As críticas desenvolvidas são consideradas importantes para a desnaturalização de modelos educacionais orientados pela racionalidade econômica, tanto no formato em que se apresentou no ERE, quanto no formatos que já integram ou disputam o campo educacional brasileiro, como o EAD e o *Homeschooling*<sup>7</sup>.

No que concerne às dissertações, considerações sobre desigualdades no contexto do ERE aparecem de forma ainda mais contundente do que no grupo de artigos. Diagnósticos de acirramento das desigualdades ou produção delas pode ser observado em cinco das seis dissertações em análise: Peres (2022); Lima (2022); Arruda (2023); Silva (2023) e Ribeiro (2023). Ainda, essas dissertações têm comum a etnografia como elemento teórico-metodológico, resguardadas variações em suas formulações.

Peres (2023) desenvolve uma etnografia comparada sobre as aulas remotas em duas instituições, uma pública e outra privada. Metodologicamente a pesquisa em observação participante e entrevistas exploratórias com estudantes, professores e equipe pedagógica. Em termos de resultado, a pesquisadora conclui que, para além da confirmação de desigualdades entre as instituições, o ERE contribuiu para acentuação de desigualdades em diversos recortes sociais, destacamento classe e gênero. Destaca-se uma conclusão secundária a respeito do potencial de um ensino em formato de reproduzir/produzir desigualdades:

Mesmo que não seja o objetivo central desta pesquisa, os pontos elencados até aqui, além de contextualizarem a educação pública e privada em um momento extraordinário como a pandemia que experienciamos nos últimos dois anos, servem de pontapé para reflexões acerca da possibilidade e da exequibilidade do “homeschooling”. Ainda que seja necessário ressaltar que o ensino remoto não é sinônimo de ensino à distância, tendo em vista que não teve tempo hábil para um planejamento sólido, baseado em pesquisas como essa, há diversos fatores sociais, econômicos e culturais retratados aqui que deixam claro a descompensação que causam na já grande desigualdade educacional no Brasil. (Ibidem. p. 141)

A partir de uma etnografia orientada pelo conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu, Lima (2022) investiga quais disposições prévias dos alunos de uma escola pública no Maranhão

---

<sup>7</sup> *Homeschooling* é um formato de educação domiciliar no qual os pais têm autonomia na escolha dos profissionais e dos formatos de aula (presencial ou remoto). Embora a legislação brasileira não reconheça essa prática educativa, a Associação Nacional da Educação Domiciliar tem procurado brechas na lei para sua execução e já conta com mais de 2.500 famílias associadas. (BOTO, 2028)

são movimentadas para sua adaptação às aulas remotas. O pesquisador não perde de vista questões em torno de recursos materiais para a realização das aulas.

Os resultados demonstram que se trata de alunos oriundos de famílias populares com condições econômicas precárias, dado os indicadores sociais do local onde eles moravam, uma pequena cidade no interior do Maranhão. Olhando o perfil socioeconômico deles, constatamos a prevalência mínima de capital cultural institucionalizado e objetivado, o que indica uma dificuldade dos alunos em acionarem esses capitais durante as aulas online. (ibidem. p. 124)

O tema do impacto do ERE sobre processos de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência é desenvolvido por Silva (2023). Os sujeitos pesquisados estudam em instituições públicas da rede municipal de ensino básico de Porto Alegre. Os resultados das pesquisas versam sobre a condição de saúde física e mental dos alunos especiais das mulheres da classe trabalhadora responsáveis pelo trabalho de cuidado e outros:

[...] tornou-se clara a imbricação entre os processos de escolarização formal de crianças e jovens com deficiência durante a pandemia, e a sobrecarga física e mental enfrentada por suas mães. Tal sobrecarga seguiu em sentidos diversos, mas é perceptível o modo pelo qual atravessou de forma pungente as rotinas das famílias de classe trabalhadora. Como elementos em comum às narrativas de minhas interlocutoras é possível grifar, por exemplo: a exaustão das mães diante da necessidade de conciliar empregos formais (remotos ou presenciais), o trabalho não remunerado do cuidado e as atividades escolares dos filhos. Ademais, as inseguranças e angústias próprias do isolamento social, os medos pelo contágio e o luto, compuseram em grande medida o repertório de suas experiências. (Ibidem. p. 192)

Ainda, é preciso destacar as conclusões das pesquisadoras no que concerne aos processos de ensino-aprendizagem durante as aulas remotas que indicam a não realização da escolarização desses estudantes durante o período:

Os filhos e filhas de minhas interlocutoras, por sua vez, se viram “isolados” não apenas fisicamente da escola. Dentre os dez estudantes com deficiência cujas trajetórias foram aqui relatadas, nenhum conseguiu acompanhar as aulas online durante o período do “ensino remoto” (Ibid. p. 193)

A considerar os recortes de etapa de ensino em que se os sujeitos da pesquisa estão inseridos, destaca-se o trabalho de Arruda (2023) que analisa processos de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos (EJA) em uma escola pública do Recife, numa turma em que ministrou sociologia no decorrer da pandemia. A professora-pesquisadora desenvolve uma etnografia aportada na observação participante e orientada pelos conceitos de desigualdade social e exclusão digital. Os resultados da pesquisa indicam que apesar do grande esforço empregado por professores e professoras no sentido da realização do ensino-

aprendizagem e que “os estudantes foram aprovados pela progressão plena, mesmo não tendo construído de fato novos conhecimentos” (Ibidem. p. 85).

O trabalho de Ribeiro (2023) foi desenvolvido a partir de uma etnografia baseada na observação não-participante. Seu objeto geral versa sobre a apreensão do que chamou de interfaces do ERE em relação à comunidade escolar (estudantes, professores e gestores). As conclusões gerais são de que o ERE produz novas desigualdades baseadas em falta de recursos para a realização das aulas, desempenho escolar não satisfatório e adoecimento físico e mental. Ainda, o autor suscita uma discussão secundária sobre os possíveis desdobramentos do ERE para a educação básica pós-pandemia:

[...]reiteramos a reflexão que nos levou a indagar ‘até que ponto a implementação do ERE não correspondeu a um ‘experimento’ para introduzir, a médio ou longo prazo, a EaD na Educação Básica, na intenção de baratear as práticas escolares com foco na quantidade, sem a garantia da qualidade no ensino? (Ibidem, p. 137)

A partir disso, o pesquisador faz um chamamento à luta pela escola pública e de qualidade indicando que ela deve ser organizada a partir do diagnóstico da inviabilidade do ensino remoto no Brasil, tanto pela sua capacidade de reproduzir e produzir desigualdades, quanto por sua incapacidade de realizar a vocação de uma educação de socializadora e emancipatória, para além de sua forma conteudista (Ibid.).

Tal como no grupo de artigos, dentre as dissertações o trabalho de Passamai (2022) se destaca do ponto de vista temático, uma vez que, deste a teoria da habilidade social, aborda o protagonismo dos professores e suas práticas no contexto do ERE. Apesar de um ponto de partida pouco crítico ao ERE a pesquisadora conclui que:

mesmo que o professor tenha habilidade social, ele fica restrito à distribuição de regras e recursos dos grupos dominantes presentes na escola em que atua e à habilidade dos atores hábeis em utilizá-los para reproduzir seu poder (Ibidem. p. 114)

A partir da revisão e discussão dos artigos e dissertações como um todo, é possível estabelecer que os trabalhos marcam uma crítica contundente ao ERE e aos processos de reprodução e produção de mazelas para a educação brasileiras e para os atores sociais envolvidos nos processos educacionais. Os principais elementos diagnosticados são o acirramento das desigualdades sociais, sejam elas de cunho materiais e/ou simbólicos, e a perda do caráter socializador do fazer educacional. Os diagnósticos indicam que o ERE apresentou a possibilidade de ressignificação do sentido da educação na direção de uma educação pautada

na assimilação de conteúdo, portanto, em consonância com as formas da racionalidade econômica.

Em suma, os trabalhos sistematizados apresentam perspectivas críticas à educação em formato remoto os coloca e demonstrando vinculações com as necessidades dos grupos sociais menos favorecidos, em detrimento dos interesses que emanam dos grupos hegemônicos, em particular daqueles associados ao ideário neoliberal. Destaca-se um duplo movimento das pesquisadoras e dos pesquisadores; de compromisso com a condição dos grupos sociais minoritários e da vigilância sobre os interesses dos grupos hegemônicos, que na contemporaneidade se manifestam desde a agenda neoliberal. Mesmo após a reabertura das escolas, a comodificação e o lucro já são dinâmicas cada vez mais poderosas na educação e indica-se pensar mais seriamente nas implicações disso, nesse momento (Apple, 2022).

Desse modo, os trabalhos produzidos desde o campo das ciências sociais podem ser compreendidos como perspectivas contra hegemônicas capazes de contribuir com a organização das resistências dos grupos marginalizados, principalmente no que se refere à luta por uma educação pública e de qualidade, ao cabo, na contramão da racionalidade econômica (Apple, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos e dissertações produzidas por pesquisadores e pesquisadoras das Ciências Sociais sobre o tema do ERE - levantados por meio de procedimentos próprios de uma RI - indica uma produção acadêmica em Ciências Sociais que enfoca e aborda os grupos socialmente minoritários. A análise indica, ainda, que a produção de referência se manteve atenta às disputas por significação educação, uma vez que marcadamente as pesquisas abordam criticamente o fazer educacional pautado na mera assimilação de conteúdo.

Os resultados das pesquisas, de modo, diagnosticaram processos de produção e acirramento de desigualdades em desfavor dos grupos sociais despossuídos. A utilização diversificada no que se refere às ferramentas teórico-metodológicas empregadas no fazer das pesquisas, mas com resultados bastante aproximados no que concerne às desigualdades foi possível porque pesquisadores e pesquisadoras tiveram como ponto de partida de suas pesquisas o olhar dos desfavorecidos.

É notável que os resultados das pesquisas têm em seus conteúdos às formulações pelas lutas em favor de uma educação pública e de qualidade concebida como direito historicamente conquistado. Para além do campo educacional, os resultados fortalecem a fomentação das lutas de classe, de gênero e regionais. Lutas que correspondem à resistência frente à hegemonia do capital em seu estágio contemporâneo: o neoliberalismo. Isto é, a perspectiva crítica e relacional de Michael Apple foi fundamental para a análise desenvolvida neste projeto. Uma vez que o autor articula a possibilidade de crítica contundente às forças econômicas e a agência dos grupos socialmente minoritários frente a hegemonia dos poderosos.

Em suma, a partir da análise desenvolvida, é possível estabelecer que as pesquisas levadas a cabo por cientistas sociais sobre o ERE pautaram as necessidades dos grupos socialmente vulneráveis e fomentar a luta social por seus direitos. Em especial, por suas contribuições no que respeita ao direito à educação, tão na contramão do almeja o ideário neoliberal e sua racionalidade econômica.

Assim, a partir desta monografia foi possível perceber que há muitas pesquisas e abordagens que podem ser feitas sobre o tema da pandemia e acontecimentos extraordinários e como eles influenciam nos processos educativos em nossa sociedade. Neste estudo, mesmo que de forma limitada, a proposta foi essa. Espera-se, que por meio deste trabalho seja um impulso para próximos estudos na área da sociologia da educação vindouros, seja por esse autor, como demais colegas no Curso de Ciências Sociais.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 2423–2446, 5 jun. 2020.

APPLE, MICHAEL. W. A educação e os novos blocos hegemônicos. In: *Sociologia da Educação*. (org. Alberto Tosi Rodrigues). Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 93- 120.

APPLE, M. W.; FREITAS FILHO, L. C. M. PERIGOS OCULTOS. **Educação em Foco**, v. 27, n. 1, p. e27026, 13 jul. 2022.

APPLE, MICHAEL. W. *Política culturais e educação*. Porto: Porto Editora, 1999.

BARCELOS; S.B; SEVEREO, R. G. O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA DO COVID-19: IMPACTO NA ROTINA E APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO RS. 21º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém: 2023.

BRASIL. Recomendação nº 036, de 11 de maio de 202. Conselho Nacional de Saúde, 2020. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: <[Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020 — Conselho Nacional de Saúde](#)> Acesso em: fev de 2024.

CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. **ANACRONISMO y IRRUPCIÓN**, v. 10, n.18, p. 307-328, 2020.

EVANGELISTA, O; FLORES, R. L. B., **Quando dói mais o bolso do que a alma, ou a “educação” do capital. Universidade a esquerda, 2020. Disponível em: <[Quando dói mais o bolso do que a alma, ou a "educação" do capital - Universidade à Esquerda](#)>. Acesso em 05 de março de 2023.**

GANDIN, L. A.; LIMA, I. G. DE. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 651–664, set. 2016.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 29–41, dez. 2020.

GUIMARÃES, L. M. S; BEGA, M. T. S. Docentes no contexto da pandemia de Covid-19: reflexões sobre o ensino de sociologia e as condições de trabalho remoto. **Revista Sociologias Plurais**. V. 9, nº1, p. 224-239, jan 2023.

GUIMARÃES, L. M. S; BEGA, M. T. S; SOUZA, M. N. A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e a segregação espacial na cidade de Curitiba.. **Revista Sociologias Plurais**. V. 9, nº1, p. 338-353, jan 2023.

JÉSSICA, S. Escolas fechadas, aprendizagem remota : narrativas sobre escolarização formal e deficiência durante a pandemia da Covid-19. **Ufrgs.br**, 2023.

LIMA,. A etnografia vai à escola: o ensino remoto emergencial e a mobilização de capitais culturais pelos estudantes de uma escola estadual de Esperantinópolis/MA. **Ufma.br**, 2016.

MINTO, L. A PANDEMIA NA EDUCAÇÃO. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 139-154, 30 jun. 2021.

MINTO, L. Ensino remoto: presente e futuro em disputa. Universidade a esquerda, 2020. Disponível em: <[Ensino remoto: presente e futuro em disputa - Universidade à Esquerda](#)>. Acesso em 05 de março de 2023.

MOURA, C.E. B; SECCATTO, A. G. O ensino de sociologia na pandemia: reflexões sobre o ensino remoto emergencial e outros desafios. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 21, p. 290–308, 11 nov. 2022.

MORAES, R. R. et al. Medidas Legais de incentivo ao distanciamento social: comparação das políticas de governos estaduais e prefeituras das capitais no Brasil. **Boletim de Análise Político Institucional**. n. 22, p. 85–98, abr. 2022.

NASCIMENTO, J. et al. Distanciamento social x economia: o falso dilema precisa ser desfeito. [www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br), 2020. Disponível em: <[Distanciamento social x economia: o falso dilema precisa ser desfeito | Oxfam Brasil](#)>. Acesso em 05 de março de 2023.

OLIVEIRA, A.; SILVA, C. F. MAPEANDO A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ANÁLISE DE UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 9, n. 2, p. 289, 31 ago. 2014.

OPAS. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. [iris.paho.org](http://iris.paho.org), 2020. Disponível em: <[Factsheet-Infodemic\\_por.pdf](#)>. Acesso em 23 de novembro de 2023.

OPAS. OMS confirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. [www.paho.org](http://www.paho.org), 2020. Disponível em: <[OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde](#)>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

PALMEIRA, A. V.; RODRIGUES, T. Mulheres na Ciência e ensino remoto: uma experiência das mestrandas em Sociologia da Universidade de Brasília. Pós - **Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, 2023.

PERINI-SANTOS, E. Quando duas crises se encontram: a pandemia e o negacionismo científico. *Le Mond Brasil Diplomatique*, 2021. Disponível em: <[Quando duas crises se encontram: a pandemia e o negacionismo científico](#)>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

PERES, F. C. L. S. **Entre Meets e Classrooms: etnografia comparativa de uma escola pública e de uma escola privada de Porto Alegre durante a pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.. Porto Alegre, 2022).

POSSAMAI, A. D. Do giz ao touch screen: habilidades sociais e protagonismo docente em uma era digital antecipada. **Ufrgs.br**, 2023.

RATHSAM, L. Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância.. *Cultura e Sociedade* 2021. Disponível em: <[Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância | Unicamp](#)>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

RIBEIRO, G. ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO: revisão integrativa da literatura. **Doctum.edu.br**, 2021.

SANTANA, L. B; OLIVEIRA, J. Avaliação de políticas educacionais implementadas à educação básica durante a pandemia do Covid-19. 21º Congresso Brasileiro de Sociologia. Bele: 2023.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, v. 10, p. e020063, 15 ago. 2020.

SAVIANI, D. A falácia do ensino remoto. **Educação na Pandemia**, Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/492515816/Artigo-Educacao-na-Pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto>>. Acesso em: 23 out. 2024.

SILVA, G. M. et al. Desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 739–748, mar. 2023.

SILVA, L. L. S. DA et al. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 9, 2020.

SILVESTRE, B. D; FILHO C. B. G. F; SILVA, D. S . Trabalho docente e ensino remoto emergencial: extensão da jornada de trabalho e expropriação do tempo livre. **Revista Brasileira de Educação**. v. 28,1 jan. 2023.

ROSSI, T. Isolamento, interação e socialização. **ORG & DEMO**, v. 22, n. 2, p. 103–118, 22 dez. 2021.

TEIXEIRA-DE-CARVALHO, D. L.; DIAS JUNIOR, J. J. L.; KRUTA-BISPO, A. C. Nosso Calendário Parou! A Mudança Organizacional na UFPB devido à COVID-19. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. spe, 2021.

UCZAK, L. H.; BERNARDI, L. M. n. 38 - A ORGANIZAÇÃO E AÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL TODOS PELA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, 26 ago. 2021.